

Coordenada SBPJOR 2016:

Título: A pesquisa em Jornalismo Ambiental: silenciamentos e desafios

A necessidade de aprimorar o tratamento jornalístico sobre os temas ambientais provocou a mobilização de jornalistas dos diversos continentes com o objetivo de qualificar a informação para dar ao público um produto capaz de provocar reflexão e fomentar a cidadania. O agravamento da crise ambiental com sérios efeitos, como chuvas intensas, secas, destruição da biodiversidade pelos megaempreendimentos, danos às comunidades humanas e conflitos ambientais, também aguçou o olhar de pesquisadores interessados em analisar a cobertura jornalística. Nesse cenário as inquietações são permanentes: como a imprensa tem tratado os problemas ambientais? As implicações sociais, políticas, culturais e econômicas são examinadas com equilíbrio? Que vozes e temas tem sido silenciados, ou até censurados? Podemos afirmar que há um Jornalismo Ambiental sendo praticado no Brasil? A função social do jornalismo exige que seja vigilante e dê visibilidade aos conflitos. Espera-se que esta coordenada contribua com o debate indicando caminhos para a pesquisa, ensino e prática do jornalismo que sejam trilhados na perspectiva do interesse público e da justiça socioambiental.

Palavras-chave: Jornalismo, meio ambiente, práticas jornalísticas, pesquisa, problemáticas socioambientais.

Coordenação: Ilza Maria Tourinho Girardi

Artigos

Artigo 1-Cais José Estelita (PE) em disputa: o discurso de Carta Capital acerca do conflito ambiental

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir sobre a construção discursiva em torno da modificação da paisagem do Cais José Estelita, em Pernambuco considerando que há um conflito ambiental em curso na área. Para tanto, valemo-nos da Análise de Discurso de matriz francesa, a fim de entender como o discurso jornalístico publicado no site de Carta Capital constrói a conjuntura em torno do conflito em questão. A análise compreende sete reportagens publicadas no período entre janeiro de 2014, ano em que houve a emergência do impasse, e junho de 2016. Percebemos um cenário de batalha descrito, no qual as forças de manutenção do espaço encontram-se nas mãos dos movimentos sociais, enquanto que as forças de transformação são conformadas num somatório das influências de construtoras, políticos e imprensa pernambucana, detentores de um “capital imobiliário”.

Palavras-chave: Jornalismo; Discurso; Conflito ambiental; Carta Capital; Cais José Estelita.

Autoras:

Ilza Maria Tourinho Girardi

Jornalista, doutora em Ciências da Comunicação. Professora no PPGCOM/UFRGS. Líder do Grupo de pesquisa em Jornalismo Ambiental – UFRGS/CNPq. E-mail: ilza.girardi@ufrgs.br

Eutalita Bezerra da Silva

Jornalista, mestra e doutoranda em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: eutalita@gmail.com

Artigo 2- Reportagem, reconhecimento e o que nunca vamos saber: uma leitura do Especial Tapajós da Agência Pública.

Resumo: Inserido em um projeto mais amplo, o debate aqui desenvolvido tem como motivação a busca por discutir a possibilidade da ruptura do narrar jornalístico, como um dizer que “abre a possibilidade do possível” (MARCOS, 2007), inserido no jogo do reconhecimento entre sujeitos diante das problemáticas do contemporâneo. Localizamos como propulsora do debate a abordagem de um conflito socioambiental que envolve comunidades humanas, demarcação de terras e empreendimentos hidroelétricos na Amazônia, a partir da série de reportagens Especial Tapajós, da Agência Pública de Jornalismo Investigativo. A base da discussão jornalística é a reportagem e o que ela compreende como prática e como gesto narrativo, sendo nossa intenção sondá-la pela hipótese de que alcançar a ruptura e a força da narrativa seriam devedoras, em essência, do gesto de reconhecimento.

Palavras-chave: Reportagem; narrativa; reconhecimento; socioambiental; Agência Pública.

Autores:

Reges Schwaab

Doutor em Comunicação e Informação pela UFRGS. Professor do Departamento de Ciências da Comunicação da UFSM Campus Frederico Westphalen. Integrante dos Grupos de Pesquisa Jornalismo Ambiental (UFRGS/CNPq) e Resto - Laboratório de Práticas Jornalísticas (UFSM/CNPq). E-mail: reges.ts@gmail.com.

Maiara Rauber

Bolsista FIPE Júnior (UFSM). Acadêmica de Jornalismo na UFSM Campus Frederico Westphalen. Integrante do Resto - Laboratório de Práticas Jornalísticas (UFSM/CNPq). E-mail: maiara@gmail.com.

Artigo 3 - O que não é dito pode não ser percebido: a (não) cobertura jornalística dos riscos ambientais

Resumo: Este artigo propõe um debate a respeito do papel do jornalismo no que tange dar visibilidade aos riscos ambientais, ainda que se saiba das dificuldades encontradas na cultura jornalística a respeito do tratamento preventivo dos assuntos. A partir da perspectiva da percepção de riscos, reforça-se a ideia de que o jornalismo participa como um dos fatores que podem gerar ação frente às

questões ambientais em razão de seu poder amplificador ou, pelo contrário, pode contribuir para a não compreensão dos riscos, quando os ignora.

Palavras-chave: cobertura jornalística; riscos ambientais; jornalismo; silenciamentos; percepção de risco.

Autores:

Eloisa Beling Loose

Jornalista, mestra em Comunicação e Informação e doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE/UFPR). Professora do curso de Jornalismo do Centro Universitário Internacional - Uninter. E-mail: eloisa.loose@gmail.com

Roberto Villar Belmonte

Jornalista profissional, mestre e doutorando do PPGCOM/UFRGS e professor de jornalismo ambiental do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). E-mail: rvillar21@gmail.com

Ângela Camana

Jornalista, mestra em Comunicação e Informação (PPGCOM/UFRGS) e doutoranda em Sociologia no PPGS/UFRGS. E-mail: angela.camana@homail.com

Artigo 4 - Transformações ambientais e megaeventos nas cidades brasileiras nos estudos de jornalismo entre 2007 e 2015

Resumo: Para sediar a realização de megaeventos esportivos, tais como a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 no Brasil, o poder público, em associação com o capital privado, modifica as características sociais e ambientais das grandes cidades: para alargar vias ou construir estádios e espaços necessários à realização das competições, remove populações e vegetação local, modifica os espaços físicos e até mesmo culturais. Diante disso, surgem conflitos, e os cidadãos passam a questionar seu direito à cidade. O objetivo do presente artigo é compreender como os estudos (ou pesquisas) da área abordam a relação “jornalismo e transformações ambientais” no contexto de realização de megaeventos no Brasil. A metodologia consiste numa análise qualitativa das conclusões de trabalhos publicados entre 2007 – ano em que se confirmou a realização da Copa do Mundo FIFA Brasil - e 2015 – ano de véspera da realização das Olimpíadas do Rio de Janeiro.

Palavras-chaves: Jornalismo, Cidades, Jornalismo Ambiental, Meio Ambiente, Megaeventos.

Autoras:

Débora Gallas Steigleder

Jornalista, mestra em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: deboragallas@gmail.com

Eliege Maria Fante

Jornalista, mestra e doutoranda em Comunicação e Informação pelo PPGCOM/ UFRGS. E-mail: eliege_f@yahoo.com.br

Carine Massierer

Jornalista, mestre em Comunicação e Informação pelo PPGCOM/ UFRGS.
E-mail: cmassierer@yahoo.com.br

Cláudia Herte de Moraes

Jornalista, doutora em Comunicação e Informação pelo PPGCOM UFRGS,
professora na UFSM, campus Frederico Westphalen. E-mail:
chmoraes@gmail.com

Artigo 5- O verde e seus múltiplos sentidos nas do Jornal: uma análise discursiva

Resumo: Este artigo apresenta os resultados parciais de uma dissertação de mestrado que buscou centralizar-se nas estratégias discursivas e significados atribuídos ao “verde” pelo jornal Zero Hora, a fim de investigar como os sentidos desta palavra são construídos e configurados no imaginário social. Em um contexto na qual o discurso da sustentabilidade ganha relevância, compreender sob quais pilares se dá a sua significação no veículo de comunicação mais relevante do sul do país faz-se necessário. Para tal, selecionou-se como objeto de estudo o material relacionado ao tema produzido pelo jornal ao longo do ano de 2010 – período de implantação da fábrica da Braskem para a produção do chamado “plástico verde”. A análise se dá em uma sustentação teórica estruturada sob três eixos: o Jornalismo, sob a ótica discursiva, construtivista e ambiental, o Verde e o Discurso, a partir de suas múltiplas potencialidades.

Palavras-chave: análise, discurso, sentidos, sustentabilidade, jornalismo ambiental

Autora:

Jaqueline Orgler Sordi

Jornalista (FAMECOS/PUCRS), mestra em Comunicação e Informação pelo PPGCOM/UFRGS. Graduada em Ciências Biológicas pela UFRGS e trabalha atualmente como repórter no jornal Zero Hora. E-mail: jack_sordi@hotmail.com



Transformações ambientais e megaeventos nas cidades brasileiras nos estudos de jornalismo entre 2007 e 2015

Débora Gallas Steigleder¹
Eliege Maria Fante²
Carine Massierer³
Cláudia Herte de Moraes⁴

Resumo: Para sediar a realização de megaeventos esportivos, tais como a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 no Brasil, o poder público, em associação com o capital privado, modifica as características sociais e ambientais das grandes cidades: para alargar vias ou construir estádios e espaços necessários à realização das competições, remove populações e vegetação local, modifica os espaços físicos e até mesmo culturais. Diante disso, surgem conflitos, e os cidadãos passam a questionar seu direito à cidade. O objetivo do presente artigo é compreender como os estudos (ou pesquisas) da área abordam a relação “jornalismo e transformações ambientais” no contexto de realização de megaeventos no Brasil. A metodologia consiste numa análise qualitativa das conclusões de trabalhos publicados entre 2007 – ano em que se confirmou a realização da Copa do Mundo FIFA Brasil - e 2015 – ano de véspera da realização das Olimpíadas do Rio de Janeiro.

Palavras-chaves: Jornalismo, Cidades, Jornalismo Ambiental, Meio Ambiente, Megaeventos.

¹ Jornalista, mestra em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: deboragallas@gmail.com

² Jornalista, mestra e doutoranda em Comunicação e Informação pelo PPGCOM/ UFRGS. E-mail: eliege_f@yahoo.com.br

³ Jornalista, mestre em Comunicação e Informação pelo PPGCOM/ UFRGS. E-mail: cmassierer@yahoo.com.br

⁴ Jornalista, doutora em Comunicação e Informação pelo PPGCOM UFRGS, professora na UFSM, campus Frederico Westphalen. E-mail: chmoraes@gmail.com

1. Introdução

Os megaeventos transformam as cidades e expressam uma concepção da própria mesma, a qual é atualizada intensamente, segundo Carlos Vainer (2013), evidenciando também a crise ambiental nas cidades latino-americanas. A realização dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro em 2007, da Copa das Confederações em seis cidades brasileiras em julho de 2013, da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 em doze cidades do país, e dos Jogos Olímpicos de 2016, fez com que estes megaeventos atraíssem investimentos para transformar as cidades-sede. Os megaeventos reconfiguram o espaço urbano: as áreas verdes das grandes cidades dão lugar a obras viárias que atendem às relações entre governos e iniciativa privada. Ao mesmo tempo, esse processo acaba por atingir o direito da população à cidade, pois limita o acesso dos cidadãos aos espaços públicos.

Diante das tensões decorrentes do processo de desenvolvimento das cidades, acreditamos que o jornalismo, deve informar e defender o interesse público, promovendo o debate sobre tais acontecimentos. O Jornalismo Ambiental, prática que tem como premissa a visão sistêmica e plural na cobertura jornalística, permite refletir sobre a degradação ambiental e os consequentes prejuízos socioambientais decorrentes de grandes empreendimentos, como os megaeventos esportivos.

Neste sentido, nosso objetivo é compreender como os estudos (ou pesquisas) da área abordam a relação “jornalismo e transformações ambientais” no contexto de realização de megaeventos no Brasil. Realizamos uma análise qualitativa das conclusões de trabalhos publicados entre 2007 – ano em que se confirmou a realização da Copa do Mundo FIFA Brasil - e 2015 – ano de véspera da realização das Olimpíadas do Rio, destacando-se que, no ano de 2013, ocorreram diversas manifestações por melhorias no transporte público, entre outros direitos, nas maiores cidades brasileiras e que levaram milhões de pessoas às ruas no país. Nosso *corpus* é composto de uma tese e sete dissertações produzidas em programas de pós-graduação e 36 artigos apresentados nos encontros da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR)⁵ e da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom).

⁵ Em função do período de manutenção dos sites de Anais dos Encontros da SBPJOR, não foi possível acessar os anos de 2014 e 2015.

Este estudo se justifica em razão do conflito resultante das modificações que ocorrem nas cidades para os megaeventos, e do importante papel social atribuído ao jornalismo, que deve abordar as consequências destas obras para o meio ambiente e os cidadãos. Nossa análise das conclusões dos autores dos trabalhos do *corpus* se dá sob a ótica do Jornalismo Ambiental, que preconiza uma visão sistêmica e sustentável da vida em todos os sentidos.

2 Jornalismo Ambiental no contexto das transformações das cidades

O pensamento complexo (MORIN, 2008) constitui-se do ferramental necessário para que jornalistas passem a considerar os apontamentos dos críticos das notícias sobre meio ambiente e das outras editorias que, mesmo envolvendo a questão ambiental, não complexificam a pauta. Além de mudar a prática jornalística, a mudança de pensamento conduz a um esforço rumo à integração do ser humano ao meio ambiente, deixando de lado a visão de que é separado e superior à natureza.

A iniciativa dos jornalistas em mudar o modo de pensar e a cobertura das questões ambientais, contudo, não significa enfatizar alguns aspectos em detrimento de outros. Ao contrário, Gelós (2008, p. 70) explica que o Jornalismo Ambiental “[...] aborda com a mesma ênfase os aspectos científicos, sociais, políticos, econômicos, culturais, ambientais e éticos”.

Segundo Belmonte (2004), o Jornalismo Ambiental deve entender os problemas do meio urbano como parte dos problemas ambientais globais. Desta forma, a informação ambiental contribui para o direito à cidade, pois discute como garantir uma vida de qualidade a toda a população. Para Girardi *et al* (2012, p. 137), o Jornalismo Ambiental baseia-se “na pluralidade de vozes e na visão sistêmica”, busca alternativas para o atual modelo de desenvolvimento e atua na promoção da cidadania ambiental.

Os megaeventos colocam cidades-sede em vitrine para atrair investimentos internacionais; trata-se de uma aliança entre o poder público local e entidades privadas (CURI, 2013). Segundo Curi (2013), eles ocorrem em um contexto de gestão urbana empresarial e, para que produzam legados, reconfiguram o espaço urbano – com isso,

produzem impacto socioambiental nas cidades⁶. No caso brasileiro, Vainer (2013, p. 65) relaciona o contexto de “maciços investimentos” para a realização da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 com os protestos populares ocorridos nas maiores cidades brasileiras durante junho de 2013 – que, inicialmente, demandavam tarifas menores e qualidade no transporte público urbano. De fato, muitas mudanças foram realizadas em função da mobilidade urbana.

A seguir, apresentamos as conclusões dos autores sobre as coberturas jornalísticas relacionadas às transformações ambientais nas cidades. Estes trabalhos acadêmicos foram selecionados a partir das palavras-chaves: jornalismo; meio ambiente; cidades; megaeventos. Ressaltamos que não foi possível encontrar trabalhos comuns a todas as palavras-chaves, pois poucos tratavam diretamente da questão dos megaeventos. Desta forma, selecionamos estudos que tratam da relação entre cidades e meio ambiente, no contexto de transformações ambientais e dos seus consequentes impactos às comunidades. Ou seja, nossa análise se dá pelos trabalhos de pesquisadores da área que acompanham estes processos, tendo como recorte os impactos ambientais.

3 Análise de teses e dissertações

Através das palavras-chaves deste artigo, buscamos teses e dissertações feitas no Brasil entre 2007 e 2015. A pesquisa foi realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações⁷ e no Banco de Teses da Capes⁸ e retornou oito trabalhos. Apenas dois foram produzidos em Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Sete são dissertações de

⁶ Por exemplo, em Porto Alegre – uma das cidades-sede da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 –, ações do poder público como o corte de 4 mil árvores somente em 2012 para a ampliação de avenidas e a remoção de 1,5 mil famílias da Avenida Tronco para as obras de duplicação da via ocorreram em virtude dos preparativos para o megaevento.

⁷ Recuperado de <http://bdtd.ibict.br>.

⁸ A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma fundação do Ministério da Educação brasileiro, desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Recuperado de <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>

.....

mestrado. A única tese de doutorado (Vianna, 2012)⁹ estuda a relação entre cobertura ambiental e sociedade de risco em jornais nacionais de grande circulação e entrevista jornalistas que cobrem meio ambiente. A autora identifica a recorrência de discursos oficiais e quantidade expressiva de textos em 2001, quando foram descobertos três casos de poluição industrial no estado de São Paulo. Repórteres experientes entrevistados pela autora, como Eduardo Geraque (da *Folha de S. Paulo*), dizem haver pressão da redação para produzirem algo novo, sem haver possibilidade de conexão entre as diversas notícias, como prevê a visão sistêmica. No entanto, segundo André Trigueiro (jornalista da *TV Globo*), as redações passam por processo de mudança cultural e têm incorporado a questão ambiental em suas pautas. O próximo passo seria a qualificação da cobertura.

O trabalho de Manoel (2010)¹⁰ analisa 252 notícias sobre meio ambiente e mobilidade urbana em Florianópolis, publicadas entre 1997 e 2005 e destaca que a maioria é referente aos bairros de classe alta. Apesar de a população das regiões periféricas ter aumentado durante o período pesquisado, o número de notícias ambientais a respeito delas caiu e foi baseado, sobretudo, em fontes oficiais. Este jornalismo, então, converge com a ideologia dominante, das camadas privilegiadas da população.

A dissertação de Pesce (2012)¹¹ afirma que, nas representações do jornal *O Globo* sobre a cidade do Rio de Janeiro, o meio ambiente aparece como uma área de vulnerabilidade

⁹ Vianna, M. D. A. *A cobertura jornalística sobre poluição do solo por resíduos: uma análise da produção dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo da Rio-92 a 2007*. 2012. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

¹⁰ MANOEL, P. S. *Cidade, poder e imprensa: Notícias sobre meio ambiente e sobre mobilidade urbana em Florianópolis*. 2010. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis.

¹¹ PESCE, A. S. *Rio 2016: Representações da cidade no jornal O Globo*. 2012. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre.

que deve ser solucionada para a realização dos Jogos Olímpicos em 2016. Transporte e meio ambiente aparecem como problemas atuais que serão resolvidos através de obras públicas e privadas, consideradas legados do megaevento. Apesar de as obras viárias acarretarem impactos negativos como poluição e engarrafamento, *O Globo* destaca apenas que esses empreendimentos são fator de geração de empregos e de aumento do consumo.

Quevedo (2010)¹² investiga o debate nas esferas pública, política e midiática sobre o projeto de construção de unidades residenciais em uma propriedade privada situada em uma Área de Preservação Permanente em Porto Alegre. Segundo a autora, o caso evidencia a especulação imobiliária e o desrespeito às áreas verdes nas cidades brasileiras. O estudo sobre a esfera midiática se deu sobre três jornais locais: *Jornal do Comércio* transcendeu os enfoques formais e destacou os contrapontos surgidos na esfera pública. *Zero Hora* focou as possibilidades de aprovação ou não do projeto, enquanto o *Correio do Povo* permaneceu em vigilância sobre o andamento do processo. Os jornais deram pouca relevância aos argumentos circulantes na esfera pública, e a abordagem sobre o tema não foi constante.

Em seu trabalho, Pessoa (2008)¹³ afirma que nos jornais do Rio de Janeiro e Minas Gerais há a predominância de matérias factuais e a contextualização é superficial. A autora ressalta que, mesmo sendo “vítima” dos acidentes ambientais, a sociedade civil tem pouca voz para expressar sua situação: a maioria das fontes é oficial e ligada ao poder público.

¹² QUEVEDO, J. P. *Comunicação e debate público: o caso Pontal do Estaleiro em Porto Alegre*. 2010. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre.

¹³ PESSOA, F. *Comparação da cobertura jornalística de acidentes ambientais por veículos impressos de Minas Gerais e Rio de Janeiro*. 2012. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (Minas Gerais).

O trabalho de Oliveira (2013)¹⁴ destaca que as falas dos governantes nos meios de comunicação mencionam as obras da Copa do Mundo FIFA como oportunidades de modernizar a cidade. A autora avalia que o jornalismo se desvinculou de debates públicos como a tentativa de negociação de áreas do Morro Santa Tereza entre o governo do estado do Rio Grande do Sul e o setor privado em 2010. Os moradores mobilizaram-se para defender suas casas, e os ambientalistas queriam preservar um dos últimos redutos de vegetação nativa nos morros de Porto Alegre. Para autora, a mídia alternativa¹⁵ foi uma das maiores fontes de informação sobre o assunto, possivelmente porque o Grupo RBS¹⁶, através de empresa no ramo da construção civil, demonstrava interesse na permuta a ser realizada no local.

A dissertação de Xavier (2013)¹⁷ aborda as transformações na cidade de Porto Alegre a partir do anúncio sobre a escolha do município como uma das sedes da Copa do Mundo FIFA. O processo relaciona-se com a tendência mundial em utilizar a cidade como local de circulação do capital financeiro, com a flexibilização do regime de ocupação do solo pelos empreendimentos urbanísticos. Segundo o pesquisador, a mídia local (jornais e emissoras de rádio e televisão) corroborou com esse ideal de progresso da cidade através de abordagens otimistas e desconsiderou manifestações populares favoráveis aos direitos socioambientais.

¹⁴ OLIVEIRA, C. M. *Empreendedorismo urbano e práticas de planejamento: a Copa do Mundo e os grandes projetos urbanos em Porto Alegre*. 2013. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre.

¹⁵ Aquela que se contrapõe ao modelo midiático tradicional.

¹⁶ Maior grupo de comunicação do Sul do Brasil, proprietário de jornais e emissoras de rádio e televisão.

¹⁷ XAVIER, F. W. *O planejamento estratégico da cidade de Porto Alegre na conjuntura prévia à Copa do Mundo de 2014*. 2013. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre.

Por fim, a dissertação de Steigleder (2015)¹⁸ utiliza a análise do discurso para avaliar a cobertura do jornal Zero Hora sobre o impacto ambiental das obras viárias em Porto Alegre para sediar a Copa do Mundo FIFA. O trabalho conclui que o discurso jornalístico está filiado a uma perspectiva ecotecnocrática, pois vê a questão ambiental como entrave para o desenvolvimento da cidade e não dá voz às comunidades afetadas.

Portanto, nas conclusões dos quatro estudos que relacionaram as transformações do meio ambiente nas cidades aos megaeventos, os autores identificaram uma cobertura incipiente, que não problematizou os impactos ocorridos nas cidades. Nos outros quatro trabalhos que não analisaram essas transformações no contexto dos megaeventos, os autores concluíram que a abordagem jornalística foi igualmente rasa, pois privilegiou fontes oficiais e matérias factuais.

Avaliamos que a dimensão ambiental presente na cobertura jornalística sob análise não apareceu de forma sistêmica e contextualizada. Observamos que todos os trabalhos foram produzidos em Universidades das Regiões Sul e Sudeste (cinco somente em duas pós-graduações da UFRGS, de Porto Alegre, uma das sedes do megaevento). Não encontramos trabalhos provenientes das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, ainda que tenham ocorrido jogos da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 em sete cidades localizadas nessas regiões.

¹⁸ STEIGLEDER, D. G. *O jornalismo e a cidade em construção: o discurso ambiental do jornal Zero Hora sobre as obras da Copa do Mundo de 2014 em Porto Alegre*. 2015. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre.

4. Análise de artigos acadêmicos

4.1 SBPJOR

Com a intenção de compreender como os estudos (ou pesquisas) da área abordam a relação “jornalismo e transformações ambientais” no contexto de realização de megaeventos no Brasil, verificamos também os trabalhos científicos publicados de 2007 a 2013¹⁹ pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR). Esta base de dados foi escolhida por reunir o maior número de pesquisadores em Jornalismo, por possuir legitimidade e por divulgar, anualmente, o que de principal vem sendo pesquisado nesta área. A pesquisa feita nos anais da SBPJOR localizou 45 artigos. Contudo, apenas cinco foram selecionados, de acordo com o recorte de nosso objetivo.

Em 2007 e 2008, são apresentadas três comunicações livres na SBPJOR com o mote da questão ambiental no jornalismo. No entanto, nenhuma traz a “cidade” como foco. Já em 2009 somente um trabalho cita a questão da cidade relacionada ao meio ambiente, mas o artigo não reflete sobre como o jornalismo vê esta relação.

No ano de 2010, o número de trabalhos é ampliado, com a proposição, pela primeira vez, da mesa coordenada “Jornalismo e Meio Ambiente”, que conta com cinco textos. Apenas dois deles foram analisados por convergir com o objetivo deste estudo: o texto de Gomes (2010)²⁰ e o de Moraes (2010)²¹. O primeiro destaca a importância das novas formas de comunicação para a emergência das pautas ambientais, mas não relaciona o jornalismo, meio

¹⁹ Em função do período de manutenção dos sites de Anais dos Encontros da SBPJOR, não foi possível acessar os anos de 2014 e 2015.

²⁰ GOMES, I. M. A. M. Mídia pernambucana e degradação ambiental: o caso Suape. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 8, 2010, São Luis. *Anais...* São Luis: UFM, 2010.

²¹ MORAES, C. H. Acontecimento inesperado: uma ordem de discurso. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 8., 2010, São Luís. *Anais...* São Luis: UFM, 2010.

.....

ambiente e cidades uma vez que a palavra cidade aparece apenas nos fragmentos das matérias publicadas nos jornais analisados que envolvem Suape. Já o segundo reflete sobre o Jornalismo Ambiental a partir das teorias do jornalismo, discutindo alguns limites da própria institucionalização do campo. A base de análise são matérias sobre as chuvas em São Paulo e Rio de Janeiro publicadas na revista *Veja*. Conforme a autora, o meio ambiente retratado por *Veja* é o resultado da interação entre o jornalismo e a sociedade. No entanto, como o jornalismo não é o campo das problemáticas, mas das novidades, há um desaparecimento “estrutural” dos problemas ambientais das grandes cidades.

Em 2011, dos seis artigos para a coordenada que tratou sobre “Jornalismo e problemáticas socioambientais”, apenas o artigo de Aguiar (2011)²² foi estudado. Este propõe a construção de uma “meta-análise” das teses e dissertações focadas na relação entre jornalismo e meio ambiente defendidas no Brasil a partir dos resumos disponíveis na base de dados especializada da Capes. A questão das cidades aparece de fundo como um dos critérios de proximidade com o público leitor e de noticiabilidade dos fatos. É importante ressaltar que a autora não faz uma avaliação de como o jornalismo aborda as transformações ambientais das cidades e sim, dos estudos sobre Jornalismo Ambiental.

Das cinco comunicações livres apresentadas em 2011, só a defendida por Fortuna (2011)²³ tem relação com nossos objetivos. O artigo se relaciona com a questão ambiental, pois a autora afirma que as intervenções em espaços públicos feitas na cidade para os Jogos Olímpicos e a Conferência da ONU Rio-92 privilegiaram só as zonas mais ricas da cidade,

²² AGUIAR, S. Análise dos estudos sobre jornalismo ambiental: primeiras incursões. In: Encontro Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo, 9., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. v. 1. p. 1-15.

²³ FORTUNA, V. O. Mutações cariocas: representações possíveis do ‘Rio dos Megaeventos. In: Encontro Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo, 9., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

.....

por onde passavam turistas e autoridades. Para a autora, a cidade é o palco das diferenças e a mídia aborda isso quando problematiza a realização dos megaeventos.

Os seis artigos da comunicação coordenada de 2012, com o tema “Jornalismo e problemáticas socioambientais: Rio+20”, não traziam a abordagem do jornalismo sobre as transformações ambientais das cidades.

Em 2013, foi promovida a mesa coordenada “Olhares sobre o Jornalismo Ambiental: retrospectos, consolidações e perspectivas após uma década de SBPJOR”, em que constam cinco textos, mas só o de Girardi *et al* (2013)²⁴ foi analisado. A pesquisa apresenta um panorama das dissertações e teses sobre Jornalismo Ambiental da região Sul do Brasil cadastradas no Banco de Teses da Capes de 1996 a 2010, como a dissertação que constatou a disparidade da cobertura sobre meio ambiente e mobilidade urbana em Florianópolis.

A seleção de artigos da SBPJor evidenciou o esforço por parte dos pesquisadores para ampliar e fortalecer a reflexão e a pesquisa na área, promover a integração dos colegas de recantos longínquos do Brasil e, inclusive, o mapeamento do que vem sendo produzido cientificamente em todo o território. A palavra-chave “cidade” foi identificada, especialmente, em três casos: ao ser utilizada para designar a editoria analisada; ao ser o lugar dos acontecimentos; e, ao ser um critério de proximidade integrado aos processos diários de seleção e hierarquização das notícias. Percebemos, assim, um olhar acadêmico ainda incipiente sobre os impactos ambientais provocados nas cidades em razão de grandes projetos. Entretanto, os artigos produzidos não se propõem a observar como o jornalismo aborda as

²⁴ GIRARDI, I.; CAMANA, A.; MASSIERER, C.; MORAES, C. H.; FANTE, E.; OLIVEIRA, G.; KOLLING, P. A pesquisa em Jornalismo Ambiental na região Sul do Brasil. In: Encontro Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo, 11., 2013, Brasília. *Anais...* Brasília: UnB, 2013.

.....

transformações ambientais das cidades neste período, que foi marcado pelos megaeventos esportivos.

4.2 Intercom

Com milhares de participantes anualmente, tanto da graduação quanto da pós, acolhendo brasileiros e estrangeiros, fizemos uma busca também nos anais do Intercom, evento realizado pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Com as palavras-chaves do nosso artigo identificamos no período de nossa pesquisa 472 trabalhos²⁵. Contudo, para responder como estes artigos abordam a relação “jornalismo e transformações ambientais” no contexto de realização de megaeventos no Brasil, selecionamos apenas 31 por mencionarem de alguma forma questões ambientais ainda que não relacionadas, em sua maioria, aos megaeventos. Em geral, as conclusões as quais chegaram os autores são de que a cobertura ambiental do jornalismo analisado foi fragmentada, superficial, sensacionalista, de reprodução das falas das fontes oficiais e focada em aspectos políticos e econômicos. A seguir, vamos mostrar outros apontamentos a partir das conclusões dos artigos selecionados a cada ano.

Com relação à dimensão ambiental presente no jornalismo sob análise que retratou as transformações ambientais nas cidades, selecionamos cinco artigos em 2007, ainda que nenhum deles estivesse relacionado aos megaeventos. Os autores constataram a falta de contextualização e aprofundamento, ausência de causas e efeitos, predominância do imediatismo. A visibilidade do tema ambiental esteve pautada por ações dos governos.

²⁵ Devemos informar que neste rol estão incluídas outras áreas da comunicação além do jornalismo, tais como publicidade e propaganda e relações públicas.

De 2008 selecionamos sete artigos. Em cinco deles a dimensão ambiental apareceu nas notícias analisadas embutidas em abordagens econômicas e focadas na degradação ambiental. Evangelista²⁶ evidencia a importância dos meios de comunicação não tradicionais (*blog*, TV comunitária) criados por moradores de uma praia para divulgar e problematizar os temas ambientais além da temporada dos turistas e alcançar um maior número de leitores. Um trabalho do Rio Grande do Sul também abordou a temática da especulação imobiliária em um município praiano. E apenas dois artigos, incluíram a palavra-chave “megaeventos”. Freitas e Fortuna²⁷ resgataram o histórico da cidade do Rio de Janeiro concernente a sua “vocação” como definiram para realizar grandes eventos. Mencionaram as transformações na cidade com a ênfase no aspecto econômico e voltada à realização dos Jogos Pan-americanos de 2007. Gurgel²⁸ igualmente focou na realização dos Jogos Pan-americanos de 2007, mas acompanhou a cobertura de jornais e revistas sobre os sentidos produzidos referentes à economia do esporte e ao conceito de legado.

Referente aos cinco artigos selecionados de 2009, destacamos que a conclusão de um deles mostra a degradação como tema dominante na cobertura jornalística analisada com uma abordagem mais informativa do que de conscientização, além de ter evitado repercutir temas nacionais em âmbito local. Sobre a conscientização mencionada, ressaltamos outro artigo que abordou as evidências da dimensão educativa do jornalismo sobre meio ambiente.

²⁶ EVANGELISTA, A. Meios de Comunicação Tradicionais X Mídias Alternativas, Como Está a Qualidade da Informação que Chega à População. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 31., 2008. *Anais...* Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

²⁷ FREITAS, R.; FORTUNA, V. O Rio de Janeiro continua lindo, o Rio de Janeiro continua sendo o grande palco brasileiro de megaeventos. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 31., 2008. *Anais...* Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

²⁸ CAMPOS, A. G. Construção do Legado dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007 na Imprensa e a Formação de um Conceito Midiático para Megaeventos no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 31., 2008. *Anais...* Natal (RN): Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

Esta dimensão educativa também foi o foco de dois artigos entre os três selecionados dos anais do Intercom em 2010. Destacamos que estes autores descreveram a experiência referente a dois projetos experimentais de uma universidade federal do Rio Grande do Sul sobre radiojornalismo na cidade.

No *corpus* de 2011 selecionamos seis artigos que destacaram em suas conclusões os benefícios econômicos das megaobras nas coberturas jornalísticas. Assim como Evangelista (2008), Gomes²⁹ destaca a importância de um veículo de comunicação não tradicional, um *blog*, ao representar um contraponto. Outro artigo apontou o estímulo à passividade do leitor que a cobertura sensacionalista de temas ambientais provoca. Três artigos tiveram em comum a constatação de que a dimensão ambiental no jornalismo é invisibilizada: o trabalho Rio Grande do Sul concluiu que a abordagem é promocional e descontextualizada; o artigo do Rio Grande do Norte ressaltou a “inexistência” da dimensão ambiental no jornalismo e, no da Paraíba, além da cobertura ser “escassa” o viés econômico se impõe.

No Intercom de 2012 pudemos selecionar apenas dois artigos. Ambos autores mencionaram a realização da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, mas nenhum estabeleceu qualquer relação entre a cobertura do jornalismo e as transformações ambientais nas cidades.

Com a palavra-chave “megaeventos” selecionamos dois artigos nos anais do Intercom em 2013. Freitas³⁰ mencionou as transformações que os megaeventos causam nas cidades mas não as relacionou ao meio ambiente. Ele analisou a abordagem de dois jornais impressos diários do estado do Rio de Janeiro durante as manifestações populares em julho de 2013.

²⁹ GOMES, I. O. Complexo de Suape na Mídia Pernambucana. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 34., 2011. *Anais...* Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2011.

³⁰ FREITAS, R. A cidade em jogo: considerações sobre os megaeventos e as manifestações de junho de 2013 no Rio. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 36., 2013. *Anais...* Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2013.

.....

Concluiu que houve mudanças na referida abordagem passando de crítica às manifestações com ênfase nos aspectos negativos como a violência à valorização dos manifestantes através das respostas dos governos às demandas. Já Campos³¹ analisou a cobertura da Copa das Confederações do Brasil em junho de 2013. As questões ambientais como a degradação de áreas naturais e o aquecimento global são citadas como impactos dos megaeventos, mas a sua análise se centrou sobre os megaeventos enquanto “ambientes midiáticos” para a realização de manifestações populares.

No Intercom de 2014, apenas um trabalho relacionou jornalismo e megaeventos: a partir de uma concepção intercultural de sociedade e de fundamentos da Análise do Discurso, Cortez e Marques³² analisaram textos jornalísticos relacionados à preparação do Brasil para a Copa do Mundo de Futebol 2014, publicados em duas edições da revista *Época* de antes do início do megaevento. Segundo os autores, é perceptível que a cobertura da Copa do Mundo de futebol realizada pela revista se baseia em uma dualidade: a revista apresenta uma abordagem positiva quando fala de aspectos futebolísticos do evento, de “bola e campo” (escalação das seleções, expectativa de classificação e de título, entre outros); porém, adota um tom negativo ao tratar de questões extracampo (relacionadas à infraestrutura e à organização das cidades-sede, aos atrasos nas obras ou aos protestos) – especialmente, quando as críticas são direcionadas ao governo ou a grupos sociais contrários a política editorial de *Época* (sabidamente voltada para o livre-mercado e contrária a políticas macroeconômicas

³¹ CAMPOS, A. G. Megaeventos Esportivos e Protestos, Apontamentos sobre a geração e circulação de imagens nos ambientes midiáticos do esporte durante a Copa das Confederações de junho de 2013. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 36., 2013. *Anais...* Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2013.

³² CORTEZ, G. A.; MARQUES, J. C. Copa do Mundo 2014: o dualismo nas páginas da revista *Época*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 37, 2014. *Anais...* Foz do Iguaçu: Centro Universitário Dinâmica das Cataratas, 2014.

regulatórias). Assim, os períodos de crítica ao evento se tornam editorializados e a cobertura, polarizada e ideológica (para não dizer política, quando das críticas).

Salientamos que nossa leitura de artigos do Intercom conclui que devido à repercussão da realização da Copa 2014 no Brasil e das Olimpíadas em 2016, houve um aumento crescente nas pesquisas envolvendo o tema e a realização de megaeventos, a preparação do país, as consequências e a cobertura na imprensa. Isto se reflete no número de artigos, foram 37 envolvendo a Copa e Olimpíada somente em 2014, e 37 em 2015. Porém, apenas um na área do jornalismo e em 2014.

Ao fechar nossa análise sobre os artigos selecionados dos anais do Intercom, observamos que dos 31 apenas sete tiveram como contexto os megaeventos, e ainda, que dois autores enviaram dois trabalhos. Em dois artigos a análise foi motivada, segundo os autores, pelas manifestações populares de julho de 2013. Dois artigos tiveram como tema a realização da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014; um, a Copa das Confederações, e dois, os Jogos Pan-Americanos de 2007. Observamos que a dimensão ambiental apareceu no *corpus* analisado pelos autores dos artigos, mas a opção foi por não focar na relação entre meio ambiente e cidades.

5. Considerações finais

As teses e dissertações selecionadas a partir da busca na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e no Banco de Teses da Capes e os artigos apresentados nos congressos SBPJOR e Intercom evidenciaram que a cobertura jornalística não pautou o conflito social e ambiental resultante das modificações que ocorreram nas cidades para os megaeventos e que esta também não foi uma preocupação de investigação para os pesquisadores em jornalismo.

.....

Dentre os 44 trabalhos do nosso *corpus*, somente quatro dissertações corresponderam totalmente ao nosso objetivo, pois abordaram a cobertura do jornalismo sobre as transformações ambientais nas cidades no contexto de um megaevento. Em relação aos 36 artigos dos dois congressos, vimos que a maior parte daqueles 31 que constam na base de dados do Intercom (24) tratou de transformações ambientais nas cidades mas não em um contexto de megaeventos e, que a menor parte (sete) tratou de transformações nas cidades no contexto dos megaeventos, mas não as ambientais. Já a menor parte dos artigos (cinco) consta nos anais da SBPJOR, apesar de o congresso ter um espaço exclusivo de discussão do Jornalismo Ambiental através de uma mesa coordenada, vimos que estes estudos relacionaram jornalismo ao meio ambiente, mas não às transformações nas cidades, pois estas apareceram nos artigos em segundo plano, sem que integrassem a análise central.

Apesar do crescente número de estudos realizados envolvendo meio ambiente e jornalismo, constatamos outra limitação para o fomento das discussões sobre o tema: a concentração da produção de artigos, teses e dissertações nas regiões Sul e Sudeste do País. O megaevento Copa do Mundo FIFA 2014 ocorreu em doze capitais do Brasil e foi antecedido por protestos que abordaram as questões ambientais e problematizaram o transporte público e outros direitos nas cidades-sede. A ausência de análises de coberturas sobre os processos de transformações em diversas cidades do País não nos permitiu ter uma ampla dimensão sobre as particularidades locais da realização dos megaeventos.

Dessa forma, os artigos analisados refletem a preocupação dos pesquisadores com os preceitos do Jornalismo Ambiental, a ampliação dos estudos na área e a preocupação com a qualidade e a profundidade das matérias que estão sendo veiculadas na imprensa, mas não contribuíram para a formação de panorama mais abrangente sobre as impressões do campo

.....

jornalístico em relação às transformações ambientais nas cidades no contexto de megaeventos.

Neste sentido, acreditamos que somente o olhar sistêmico do Jornalismo Ambiental possa contribuir para a reversão desse quadro ao propiciar coberturas jornalísticas complexas, plurais e abrangentes. Esta mesma perspectiva complexa pode auxiliar também a ampliação da pesquisa nesta área, visto que o jornalismo teria o papel de discutir a cidade e a cidadania, que inclui de forma decisiva o direito ao ambiente saudável nas cidades.

Referências

- BELMONTE, Roberto Villar. Cidades em mutação: menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: VILAS BOAS, Sergio. *Formação & Informação Ambiental: jornalismo para iniciados e leigos*. São Paulo: Summus, 2004. p.15-48.
- BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. *Desenvolvimento e Meio Ambiente* (UFPR), Curitiba, v.15, p. 33-44, jan./jul.2007.
- CURI, Martin. A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, v.27, n.79, p.65-88, 2013.
- GELÓS, Hernán Sorhuet. Periodismo Ambiental: eje comunicacional del siglo XXI. In: GIRARDI, I.; SCHWAAB, R. (org). *Jornalismo Ambiental: Desafios e Reflexões*. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. p. 67-76.
- GIRARDI, Ilza *et al.* Caminhos e descaminhos do Jornalismo Ambiental. *C&S*, São Bernardo do Campo, v. 34, n. 1, p. 131-152, jul./dez. 2012.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013. p. 62-71.



O que não é dito pode não ser percebido: a (não) cobertura jornalística dos riscos ambientais

Eloisa Beling Loose¹
Roberto Villar Belmonte²
Ângela Camana³

Resumo: Este artigo propõe um debate a respeito do papel do jornalismo no que tange dar visibilidade aos riscos ambientais, ainda que se saiba das dificuldades encontradas na cultura jornalística a respeito do tratamento preventivo dos assuntos. A partir da perspectiva da percepção de riscos, reforça-se a ideia de que o jornalismo participa como um dos fatores que podem gerar ação frente às questões ambientais em razão de seu poder amplificador ou, pelo contrário, pode contribuir para a não compreensão dos riscos, quando os ignora.

Palavras-chave: cobertura jornalística; riscos ambientais; jornalismo; silenciamentos; percepção de risco.

1. Introdução

A proposta deste texto de natureza analítica é refletir sobre as relações existentes entre o jornalismo e a cobertura dos riscos, amparando-se na discussão teórica sobre percepção dos riscos - na qual os meios de comunicação exercem fundamental relevância, pois são estes que os amplificam ou os silenciam. Os riscos ambientais tendem a ser

¹ Jornalista, mestra em Comunicação e Informação e doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE/UFPR). Professora do curso de Jornalismo do Centro Universitário Internacional - Uninter. E-mail: eloisa.loose@gmail.com

² Jornalista profissional, mestre e doutorando do PPGCOM/UFRGS e professor de jornalismo ambiental do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). E-mail: rvillar21@gmail.com

³ Jornalista, mestra em Comunicação e Informação (PPGCOM/UFRGS) e doutoranda em Sociologia no PPGS/UFRGS. E-mail: angela.camana@homail.com

complexos e, muitas vezes, intangíveis, características que dificultam o processo de construção da notícia. Contudo, é por meio desta comunicação que os jornalistas podem gerar alertas e chamar atenção da população para um debate público, que tenha perspectiva preventiva e de adaptação aos efeitos que já não podem ser mais revertidos.

A partir de uma pesquisa bibliográfica e de casos que exemplifiquem nossa inquietação, desenvolve-se uma discussão sobre como os jornalistas desempenham esse papel estratégico no âmbito da comunicação dos riscos e de como podem colaborar para a disseminação de propostas para esclarecer e minimizar determinados riscos. Salienta-se aqui aquilo que não é dito, ou seja, os silenciamentos do jornalismo em relação aos riscos ambientais. Busca-se debater como esse ocultamento de dados fatos ou conexões pode interferir na percepção e compreensão dos problemas ambientais contemporâneos e a razão pela qual o jornalismo não cobre os riscos ambientais de forma sistemática.

A primeira seção debate as dificuldades do fazer jornalístico diante dos riscos ambientais, evidenciando o modo de se fazer jornalismo a partir dos critérios de noticiabilidade e da ênfase na ação dos acontecimentos (em detrimento da prevenção). Em seguida, apresenta-se o aporte da percepção de risco, com ênfase no aspecto social (LIMA, 1998; 2005), oriundo da Psicologia Social, e sua relação com o papel desempenhado pela mídia e, de forma específica, pelo jornalismo.

A terceira parte trata dos silenciamentos da cobertura jornalística no âmbito da Modernidade (GIDDENS, 1991; BECK, 2010) sobre meio ambiente, destacando os riscos. Nesta seção apontam-se também alguns exemplos emblemáticos da imprensa brasileira, como o desastre ocorrido na cidade de Mariana – MG e a forma como a questão dos transgênicos é construída. Por fim, tecem-se as considerações finais de modo a entrelaçar ainda mais o referencial teórico do jornalismo com a preocupação associada à necessidade de visibilizar os riscos ambientais.

2. Jornalismo e riscos ambientais: desafios de um fazer

Por que as notícias são como são? Qual o papel do jornalismo como instituição de uma democracia e do jornalista como profissional? Tais perguntas das teorias do jornalismo precisam ser reformuladas diante da magnitude das alterações ambientais

globais e dos seus impactos regionais e locais. Por que as notícias ambientais são como são? Qual o papel do jornalismo como instituição e do jornalista como profissional diante dos riscos ambientais?

Quatro fatores, no entendimento de Garcia (2006), estão geralmente presentes nas notícias ambientais: boa parte dos temas está associada a processos longos (caso, por exemplo, da mudança do clima, da extinção de espécies, da poluição hídrica, etc.); incerteza científica (a dúvida é da natureza do método científico); complexidade técnica (a apresentação dos problemas e das soluções exige uma terminologia de diversos campos que precisa ser explicada em linguagem simples); e a noção de risco: “O risco é um poderoso chamariz para notícias” (GARCIA, 2006, p.23). Na mesma linha, Traquina (2002, p.187) entende que a morte é um valor-notícia importante para o jornalismo. Mais dois fatores ainda devem ser acrescentados aos quatro já citados: quase todas as pautas ambientais mexem com os interesses econômicos dos poluidores (muitos deles anunciantes de veículos jornalísticos e patrocinadores de iniciativas nas comunidades onde atuam); um problema ambiental sempre gera algum tipo de conflito social.

A transformação de um fato ou acontecimento em notícia e/ou reportagem depende de critérios de noticiabilidade que, segundo Silva (2014), ocorrem em três instâncias: na origem do fato, no tratamento do fato e na visão do fato. Na origem do fato acontece a seleção primária a partir dos valores-notícia. Para Traquina (2002), entre os principais valores-notícia estão: a notoriedade; a proximidade; a relevância; a novidade; a notabilidade, com diferentes registros (quantidade de pessoas, a inversão do normal, o insólito, a falha, o excesso/escassez); o inesperado e o conflito ou a controvérsia. No entanto, para um fato ou acontecimento virar notícia não basta a existência de um ou mais valores-notícia. Nesta segunda instância dos critérios de noticiabilidade, a do tratamento dos fatos, ocorre a seleção hierárquica. Além dos valores-notícia, os constrangimentos organizacionais e a cultura profissional também são levados em consideração no processo de construção da notícia. Ainda no entendimento de Silva (2014), é na terceira instância dos critérios de noticiabilidade que estão os fundamentos ético-epistemológicos, ou seja, a visão de mundo dos jornalistas, “compreendendo conceitos de verdade, objetividade, interesse público, imparcialidade, que orientam inclusive as ações e intenções das instâncias ou eixos anteriores” (SILVA, 2014, p.53).

Os temas salientados pelo jornalismo tendem a entrar na agenda pública (McCOMBS, 2009). Temas que não são agendados dificilmente terão existência pública. “Fixar a agenda é fixar o calendário dos acontecimentos. É definir o que é importante e o que não é. [...] É criar o clima no qual será recebida a informação. É fixar não só o que vai ser discutido, mas como e por quem” (BARROS FILHO, 2008, p.159).

Os seis fatores presentes nas notícias ambientais – processos longos, incerteza científica, complexidade técnica, noção de risco, interesses econômicos e conflitos sociais – dificultam o agendamento e, por consequência, a problematização dos temas ambientais na esfera pública. Riscos ambientais são geralmente apresentados somente durante os desastres e catástrofes. “O campo jornalístico tem maiores dificuldades na abertura de problemáticas. [...] O ritmo do trabalho jornalístico exige ênfase sobre acontecimentos e não sobre problemáticas” (TRAQUINA, 2002, p.191). Sem um acontecimento catastrófico, os riscos ambientais tendem a ser silenciados. Alsina (2009) destaca entre os elementos que determinam o que vira notícia a existência de uma variação perceptível e de uma imprevisibilidade. Este imperativo da variação bloqueia, no entendimento de Benetti (2010), a abordagem jornalística de problemas estruturais da sociedade.

A perversidade dessa lógica [da variação como índice do acontecimento jornalístico], que contra qualquer argumento plausível mantém-se como estruturante do discurso jornalístico, é que grandes fenômenos sociais, cujo interesse público não poderia ser questionado sem constrangimento, geralmente não têm lugar no jornalismo porque se estabeleceram, historicamente, como invariantes. São os casos da fome, das desigualdades e das injustiças sociais, que contemporaneamente costumam ser percebidas como “parte do sistema”. (BENETTI, 2010, p.146).

Os riscos ambientais também podem fazer parte desta lista de pautas invisíveis do jornalismo citada por Benetti (2010). Um tema ambiental costuma ser problematizado jornalisticamente somente após uma catástrofe, caso, por exemplo, do rompimento da barragem de rejeitos da empresa Samarco no município de Mariana – MG em 2015 ou da escassez hídrica que assolou recentemente São Paulo. Devido à incapacidade de ir além do rompimento da rotina (novidade) como valor-notícia, problemas da atualidade, entendidos como “normais”, são frequentemente silenciados. É preciso ressaltar que os valores-notícia são retroalimentados pelos próprios veículos jornalísticos. Isto fica claro em um fenômeno descrito por Traquina (2005, p.202) através de duas expressões, o jornalismo de matilha (*pack journalism*) e a cobertura massiva e frenética (*media*

frenzy) em torno de um único acontecimento. O jornalismo de matilha e a cobertura frenética criam consensos e silenciamentos jornalísticos em torno de determinados temas.

No entendimento de Alsina (2009), a produção da notícia é um processo complexo que se inicia com um acontecimento. Acontecimento que sempre é um fenômeno social, determinado histórica e culturalmente. Como é o sujeito observador quem lhe confere sentido, toda forma de enxergar e ressaltar algo em um acontecimento é também uma forma de ocultar algo. “A sociedade da mídia poderia ser definida como uma sociedade que ‘faz acontecer’” (ALSINA, 2009, p.126).

Segundo Quéré (2005, p.59), há acontecimentos que “[...] ocorrem independentemente da nossa vontade e nos caem em cima contra toda a expectativa e aqueles cuja ocorrência provocamos e, melhor ou pior, controlamos, na maior parte das vezes com objetivos estratégicos”. Um acontecimento, que afeta um sujeito (FRANÇA, 2012), interrompe uma rotina e desorganiza o presente, gerando uma inquietação: e agora? Um acontecimento pode ser entendido como fim, mas também como começo. Fim porque pode ser compreendido em sua trama causal, desde sua origem; começo porque faz surgir possibilidades, projeta um novo sentido sobre o mundo. “Sentido do qual ele será a origem” (QUÉRÉ, 2005, p.67).

Para produzir uma narrativa acerca de um acontecimento, que ao ser narrado passa a existir também como discurso, o jornalista antes precisa observá-lo e interpretá-lo. Na narrativa jornalística construída sempre há, implícita ou explicitamente, uma interpretação. Tal narrativa jornalística só é possível, portanto, através da intervenção de um sujeito interpretante, o jornalista, que tem como tarefa “[...] a observação do notável num mundo em perpétua mudança. [...] E, mesmo sem que o procure, pode acontecer que a sua informação tenha por efeito influir no curso dos acontecimentos” (CORNU, 1999, p.331-332). A observação, a interpretação e a narração, segundo Cornu (1999), são as três ordens da informação jornalística. O toque principal que caberia ao jornalista, no entendimento de Beltrão (1959, p.81), seria “acertar na interpretação do tema”.

Para interpretar acertadamente os grandes temas ambientais é preciso romper o silêncio construído em torno dos riscos ambientais. Apesar dos condicionamentos sistêmicos, que são muitos (cultura organizacional, mercado de trabalho instável, pressão

dos anunciantes poluidores, interesses privados dos proprietários), os jornalistas sempre têm, em maior ou menor grau, dependendo do local de trabalho, uma margem de liberdade para atuar de acordo com a sua consciência acerca da função social do jornalismo.

Segundo Benetti (2013, p.45), muitas são as maneiras de o jornalismo exercer o seu poder hermenêutico: “[...] ao destacar temáticas que devem ser consideradas relevantes, ao conceder poder de fala a grupos e ideologias, ao instituir angulações e quadros interpretativos para perceber, avaliar e compreender relações”. Esta realidade construída pelo jornalismo é um dos discursos possíveis sobre o real. Este real jornalístico (discursivo) é construído através de uma relação dialética entre objetividade e subjetividade (MEDITSCH, 2010). É um discurso que emerge entre outros discursos já ditos sobre o real. A intersubjetividade é a condição de possibilidade do discurso (jornalístico), pois ele não tem como ser fruto de uma subjetividade única (nem isolada e nem transcendente). O jornalismo está submerso neste mundo intersubjetivo que o afeta, mas também é afetado por ele. O poder do jornalismo está no efeito de sentido que o seu discurso (intersubjetivo) produz. A percepção do risco ambiental depende, em parte, deste efeito de sentido construído pelo jornalismo.

3. Jornalismo e percepção de riscos

A percepção é compreendida neste texto segundo a perspectiva construcionista, na qual esta é uma construção mental, fruto de práticas sociais. Da mesma forma se conceituam os riscos: são construções sociais, como afirmam Douglas e Wildavsky (2012). Dessa forma, o reconhecimento do risco ocorre através de um processo social, ligado à confiança e medo, e cercado por valores e fatores, que dependem de contexto para contexto, o que faz com que determinadas pessoas percebam um certo risco e outras não. As percepções de risco variam bastante, mas possuem elementos que desencadeiam tais percepções que podem ser mais ou menos evidentes – tanto individualmente quanto socialmente.

É importante dizer que há uma relação entre a percepção de risco e a tomada de decisão, ainda que esta não seja automática ou fácil de ser detectada. Os primeiros estudos na área de percepção de risco, nos anos 1950, estavam centrados em uma visão mais

racional, de como as pessoas processavam as informações do risco. Assim, a visão de mundo dos não especialistas era ignorada, já que eles não detinham conhecimento específico para agir de forma coerente frente ao risco.

Entretanto, os cientistas notaram que a tomada de decisão está aliada não apenas ao sistema racional, mas também às experiências, emoções, sentimentos (SLOVIC *et al.*, 2004). A partir de então a identificação de risco começou a ser vista como um fenômeno cultural e social (LIMA, 1998), no qual uma série de fatores se entrelaçam e se diferenciam de sujeito para sujeito – não apenas a informação correta a respeito do risco. Para Lima (1998, p.16), a percepção de risco, “[...] não pode ser compreendida sem considerarmos a sua associação com outras representações significativas para os sujeitos e sem considerarmos também o posicionamento social desses mesmos actores sociais”.

Há estudos que mostram que o gênero (LIMA, 2005), a situação econômica (INGLEHART, 1995) e a proximidade geográfica com o risco (LIMA, 2005), só para citar alguns exemplos, são questões que interferem em como os sujeitos são capazes de perceber o risco. Ao trazerem os riscos como um dos aspectos centrais da Modernidade, Giddens (1991) e Beck (2010) levantam outras condições associadas à percepção do risco, como a própria discussão sobre a (des)confiança na ciência e no Estado, tendo em vista o cenário atual de incertezas e hiperconexões, no qual as mudanças locais acarretam transformações globais em ritmo acelerado.

Assim, é a partir do advento da Modernidade que os riscos (e sua percepção e enfrentamento) assumem uma condição central na sociedade. Aqui a Modernidade, nos termos de Giddens (1991, p.11), “[...] refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVIII e que posteriormente tornaram-se mais ou menos mundiais em sua influência.”. Portanto, esta seria fruto da intensificação do modo de produção fabril: é necessário, então, ponderar que a Modernidade assim compreendida trata-se de um fenômeno absolutamente situado espacial e temporalmente, cujas consequências ressoaram no planeta de formas diversas.

A reflexividade advém do fato de que a Modernidade é reiteradamente questionada, o que a torna um projeto em permanente construção. A partir do que Giddens (1991) conceitua como Modernização Reflexiva, Beck (2010) concebe a Sociedade de Risco. Isto porque este autor observa que o desenvolvimento das forças produtivas e –

em especial – da ciência põe em dúvida a própria continuidade da vida no planeta. Assim, este autor une as abordagens realista e construcionista, numa tentativa de superar uma suposta antinomia entre elas, isto pois não nega a materialidade dos riscos, mas não dá a ela a centralidade da análise. Isto é: “A síntese da posição de Beck é a de que os riscos existem, mas a sua transformação depende de como são percebidos socialmente.” (GUIVANT, 2002, p.76). Esta perspectiva, portanto, coloca em destaque o diálogo necessário entre leigos e peritos na produção e enfrentamento dos riscos, ou, conforme Rotondaro (2012, p.153-154):

[...] na medida em que eles [os riscos] são industrialmente produzidos, Beck compreende que eles também são politicamente reflexivos, uma vez que são produto de decisões. Riscos são produtos das ações e omissões humanas, num contexto de forças produtivas altamente desenvolvidas. Como consequência, os riscos tornam-se motor da autopolitização da modernidade na sociedade industrial, ainda que o conceito, o lugar e o meio da política mudem.

Mantendo em vista o caráter social dos riscos, evidencia-se a urgência de um jornalismo que os considere. A comunicação do risco, área mais ampla da qual o jornalismo pode fazer parte, já discute que aspectos emocionais e contextuais de cada público devem ser trabalhados a fim de obter mais êxito na explicação de nexos abstratos e completos, associados aos riscos. O jornalismo, de forma específica, calcado nos seus princípios de credibilidade e de serviço ao interesse público, deve construir notícias sobre riscos que sejam próximas do repertório cultural de seus públicos, de forma a contribuir com a percepção não apenas do risco, mas de sua urgência e, quiçá, de sua necessidade de enfrentamento.

A mídia é posta como uma peça-chave na construção do risco por Veyret (2007). Loose (2016, p.125) destaca, a partir do esquema de Veyret (2007), que “o jornalismo tanto se alimenta dos riscos para elaborar seus produtos (textos), como pode promover riscos em função de projeções/informações desproporcionais”.

Neste contexto cabe ainda falar do quadro conceitual da amplificação dos riscos, no qual Kasperson *et al.* (1988) buscaram entender como dados acontecimentos atuavam nos processos sociais, psicológicos e culturais de forma a atenuar ou acentuar a percepção de risco, além de descrever os efeitos deles decorrentes em diferentes níveis (individual, social, político, econômico, ambiental, etc.). Apesar do peso dado aos meios de comunicação neste modelo (bem que interferem por meio da recorrência de assuntos, da dramatização, do silenciamento ou da exposição enfática de controvérsias, por

exemplo), sublinha-se que esta não é uma situação causal. Os receptores também são ativos e podem interpretar estas manifestações de formas diferentes, inclusive ignorá-las.

Reconhece-se, assim, os limites do jornalismo enquanto influenciador das percepções de risco. Wahlberg e Sjoberg (2000) afirmam que as informações provenientes da mídia atingem pouco a percepção do risco em nível pessoal, posto como um dos mais fortes para o reconhecimento do risco. Por outro lado, McCombs (2009) aponta que se a experiência pessoal não trazer elementos que possam ajudar os sujeitos a formar uma opinião, maior será sua dependência das notícias. Tratando-se de riscos ambientais esta colocação se faz pertinente, já que esses são apresentados, na maioria das vezes, sob o aspecto global e, portanto, distante do cotidiano dos públicos.

4. Silenciamentos e não-ditos

Se a Modernidade é marcada pela emergência da Ciência e suas (in)certezas, é também neste período que se funda o Jornalismo tal qual se conhece. Isto posto, pode-se considerar que também os critérios de noticiabilidade e os modos de produção – por mais que se atualizem e se repensem diante de novas tecnologias e da complexificação social – são tributários de uma lógica moderna. Assim, o jornalismo e a produção/percepção de riscos se fundam num mesmo tempo e espaço, portanto, crê-se que também as notícias conformam riscos, os legitimando ou os silenciando.

Conforme já abordado, muitos dos riscos ambientais têm caráter etéreo, isto é, embora possuam origens e efeitos na materialidade, são de difícil observação, como é o caso dos riscos climáticos, que pode ser caracterizado como um risco global, invisível, incerto, difuso e não palpável. Do mesmo modo, em geral não podem ser antevistos e mensuráveis, o que remonta à dificuldade do jornalismo de lidar com o incerto.

O jornalismo moderno parece preocupar-se com *fatos*, isto é, com o acontecimento já dado. Esta obsessão pelo real (que está conectada à busca pela verdade, como se esta fosse apenas uma) é fundante do próprio ofício. Nesse mesmo sentido, a busca do jornalismo por acontecimentos (catástrofes, desastres) impede que se cubram processos mais longos e não menos importantes. Um exemplo disto é a abordagem acerca da

liberação dos transgênicos, hoje já naturalizada, ainda que inúmeros pesquisadores e organizações da sociedade civil apontem riscos de diversas ordens, indo do ambiental ao econômico. Tendo como objeto empírico a revista *Globo Rural*, o maior veículo voltado ao setor agropecuário, Camana (2015) buscou analisar os sentidos produzidos sobre a propriedade intelectual e a transgenia no Brasil durante dez anos, a partir da liberação da venda da primeira safra de soja transgênica, em 2003. Em sua análise, fica evidente a não-abordagem dos riscos potenciais deste empreendimento, em detrimento das possibilidades de expansão da produção agrícola. Isto é, as notícias encontradas, em sua maioria, possuem um caráter de divulgação desta nova tecnologia, sempre ressaltando o seu potencial produtivo e de inovação, o que permitiria ao Brasil figurar entre os maiores produtores agrícolas do mundo.

Nesta mesma pesquisa, fica evidente que a transgenia só se torna noticiável quando surge uma nova controvérsia ou algum conflito antigo é reaquecido: as maiores e mais completas reportagens encontradas foram publicadas entre 2003 e 2005, período em que se discutiu intensamente a liberação dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) no Brasil – primeiro da safra, depois do plantio. Nos anos subsequentes, pouca ou nenhuma problematização foi feita, o que sugere que – para a revista – os riscos se encerraram quando da permissão do cultivo: é como se algo que é do domínio tecnocientífico fosse encerrado por uma decisão que é política. Assim, as inúmeras denúncias da sociedade civil e a suspeição de cientistas acerca desta tecnologia são ignoradas sistematicamente pelo jornalismo de referencia neste setor.

Do mesmo modo, os valores-notícia nos quais se ancora o jornalismo fazem com que se amplifiquem as discussões após a ocorrência de catástrofes, as quais talvez pudessem ter sido evitadas caso as notícias incorporassem a perspectiva dos riscos em seu fazer. Esta afirmação fica patente quando retoma-se a cobertura feita do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco em Mariana – MG, em 2015. Este acontecimento – que é tido como o maior acidente mundial do tipo – foi, num primeiro momento, abordado pela via da catástrofe, daquilo que não se espera e, portanto, não se impede. Esta abordagem se justifica e intensifica com o testemunho emocionado de sobrevivente e com o registro de imagens chocantes, como – por exemplo – a lama invadindo o oceano. Assim, concorda-se com Amaral (2013, p.76), quando a autora defende que: “As

catástrofes são um fenômeno discursivo e cultural. Sua cobertura está presidida pela tendência ao catastrofismo, ao sensacionalismo e pela preponderância da imagem sobre a análise.”. Em síntese: ao silenciar os riscos, o jornalismo não só prepara-se para cobrir catástrofes, mas ele próprio é cúmplice do desastre.

Esta cumplicidade ocorre não apenas nos grandes desastres, como no caso do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, mas também na poluição permanente de efluentes industriais em corpos d’água utilizados para abastecimento público. Caso emblemático é o da CMPC Celulose Rio-grandense, quadruplicada recentemente no município de Guaíba – RS, aumentando em mais de três vezes o lançamento de resíduos no lago utilizado como fonte de água potável para a capital gaúcha. Os riscos ambientais do empreendimento de capital chileno são silenciados pelos dois principais jornais de Porto Alegre – RS; ambos recebem verbas publicitárias da indústria poluidora e a empresa também contribuiu com a campanha de diversos candidatos ao legislativo e ao executivo do Rio Grande do Sul nas eleições de 2014, segundo dados disponíveis no portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O alegado é que a empresa polui dentro da lei, apesar da noticiada falta de estrutura pública para fiscalização.

Faz-se urgente, também, que o jornalismo repense o papel da ciência, que hoje tem o (quase) monopólio da definição de riscos nas páginas informativas, além de ser comumente apontada como a principal instituição capaz de enfrentar os mesmos. Como já argumentado noutra ocasião (LOOSE e CAMANA, 2015, p.124): “No caso específico de riscos, as fontes com expertise dominam as vozes das notícias que envolvem ameaças ou incertezas. Estes indivíduos foram legitimados na modernidade como aqueles capazes de gerenciar todos os problemas possíveis, ainda que a verdade não seja esta”. A título de exemplo, pode-se evocar a situação da usina nuclear Angra I, construída quando da ditadura militar na Praia de Itaorna: *itaorna*, na língua dos guarani que ali habitavam, quer dizer *pedra podre*. Assim, o conhecimento tecnocientífico empregado ignorou os riscos de se construir uma usina atômica (cujo funcionamento já guarda inúmeras controvérsias) em uma área potencialmente fissurada geologicamente, cuja toponímia local já alertava. Quanto a isto, a proposta do Jornalismo Ambiental⁴ é certei-

⁴ Ressalta-se que a concepção de Jornalismo Ambiental é diferente da noção de cobertura jornalística de meio ambiente ou de riscos ambientais, já que a primeira expressão carrega um arcabouço teórico que

ra ao defender a plurivocalidade e o fim da centralidade das fontes ditas “especializadas”.

Para além das consequências, as causas e as soluções precisam ser discutidas através de uma diversidade de fontes. Este é o compromisso ético que deve ser assumido pelos jornalistas diante de uma crise socioambiental e de um planeta com mudanças ambientais globais com impactos econômicos e sociais cada vez maiores. (BELMONTE, 2015, p.124).

Destaca-se neste contexto que, embora os autores deste texto compartilhem da relevância das especificidades do Jornalismo Ambiental, acredita-se que já é hora de expandir suas preocupações para todo o campo do jornalismo frente aos desafios ambientais cada vez mais urgentes que se sobrepõem na sociedade contemporânea. Entende-se que o cuidado discutido no âmbito desta interface deve ampliar-se e ser internalizado por todas as áreas e especialidades jornalísticas, não devendo ficar restrita somente aos interessados pelas problemáticas ambientais. Todo jornalismo deve ser ambiental.

Uma nova maneira de olhar o mundo é o que se espera do jornalismo por meio de uma ação engajada e profissional. Enquanto o econômico continuar no topo das prioridades, ofuscando as preocupações sociais e ecológicas, os riscos ambientais continuarão sendo silenciados.

Além disso, quando a imprensa alerta sobre os riscos, desencadeia processos tanto de ação individual (pois contribui para a percepção de algo antes desconhecido, etapa inicial para o enfrentamento de qualquer problema) quanto de decisões de cunho político e econômico, ao dar visibilidade àquilo que antes – geralmente por interesses de poucos – estava sendo ocultado. O jornalismo, apesar de seus limites, pode colaborar com a construção de quadros interpretativos sobre os riscos ambientais mais contextualizados e condizentes com a perspectiva da prevenção. Para isso, a compreensão de sua dimensão amplificadora ou atenuadora dos riscos pode ser o gatilho desta mudança.

5. Rompendo com o silêncio: jornalismo para novos tempos

Buscou-se aqui trazer elementos para a discussão da (não) cobertura dos riscos ambientais pelo jornalismo. Para tanto, dialogou-se com referenciais teóricos a respeito

extrapola a perspectiva comum da prática jornalística. Para conhecer mais, procurar trabalhos desenvolvidos pelos Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (UFRGS/CNPq).

da produção e percepção de riscos na Modernidade e das teorias do jornalismo, em especial a respeito da construção da notícia. Como pressuposto estava a noção de que o jornalismo em geral silencia riscos ambientais, dada a dificuldade de apreendê-los a partir de um modo de produção guiado pela novidade e pelo factual. Do mesmo modo, a inexistência de imagens fortes e comoventes inviabiliza a cobertura sistemática da previsão das catástrofes, visto que os riscos são sempre possibilidades que antecedem o acontecimento procurado pelos jornalistas e, muitas vezes, são invisíveis e multifacetados, o que dificulta o fazer tradicionalmente instituído nas redações.

Assim, é possível apontar que os próprios valores que guiam a construção da notícia impedem a emergência de um jornalismo comprometido com a percepção dos riscos, fato este que – por sua vez – dificulta o enfrentamento dos mesmos. Em oposição a esta situação, os aportes do Jornalismo Ambiental tornam-se uma possibilidade de transformação das práticas que ora vigoram, através da incorporação da complexidade e da incorporação de saberes até então ignorados. Contudo, este deve extravasar o espaço de um especialidade, tentando ser um aspecto de interesse de todos os setores.

Diante da complexificação das relações sociais e do refinamento crescente das inovações científicas, aponta-se que (como sugere a reflexividade moderna) os valores-notícia que hoje orientam a seleção de pautas sejam urgentemente revistos – sob pena de um fazer jornalístico pouco responsável social e ambientalmente. Entende-se que a espetacularização da morte deve dar lugar à defesa da vida e que informações mais contextualizadas e associadas ao dia a dia das pessoas devem ser produzidas de modo a não silenciar os muitos riscos que perpassam a sociedade. O enfrentamento dos riscos não é possível sem a percepção de que ele realmente existe. Quando o jornalismo se omite ou desconsidera sua potencialidade de visibilizar tais questões, assume que rompeu o compromisso com o interesse público.

Referências

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

AMARAL, Márcia Franz. Os testemunhos de catástrofes nas revistas brasileiras: do medo individual à paternização midiática. **Contracampo** (UFF), v. 26, p. 71-86, 2013.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**. 6. ed. São Paulo: Summus, 2008.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BELMONTE, Roberto Villar. **A construção do discurso da economia verde na revista Página 22**. 2015. 179 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BELTRÃO, Luiz [1959]. **Iniciação à Filosofia do Jornalismo**. São Paulo: Edusp, 1992.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como acontecimento. In: _____; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Org.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010. p.143-164.

BENETTI, Marcia. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico de Mello Brandão; SCHWAAB, Reges. (Org.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 44-57.

CAMANA, Ângela. **Discursos sobre a Revolução Biotecnológica**: Sentido e memória em textos da Globo Rural. 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade**: para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risco e cultura**: um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. **Galaxia**, São Paulo, n. 24, p. 10-21, dez. 2012. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939> >. Acesso em: 25 jul. 2016.

GARCIA, Ricardo. **Sobre a terra**: um guia para quem lê e escreve sobre ambiente. Lisboa: Público, 2006.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GUIVANT, Julia. Contribuições da Sociologia Ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 19, outubro, 2002, p. 72-88.

INGLEHART, Ronald. Public support for environmental protection: objective problems and subjective values in 43 societies. **Political Science & Politics**, v.28, n.1, 1995. p.57-72.

KASPERSON, Roger E.; RENN, Ortwin; SLOVIC, Paul; BROWN, Halina S.; EMEL, Jacque;

GOBLE, Robert; KASPERSON, Jeanne X.; RATICK, Samuel. The social amplification of risk: a conceptual framework. **Risk Analysis**, vol. 8, nº 2, 1988. p.177 -187.

LIMA, Maria Luísa Pedroso de. Factores sociais na percepção de risco. **Revista da Associação Portuguesa de Psicologia**, v.12, n.1, 1998. p.11-28.

_____. Percepção de Riscos Ambientais. In: SOCZKA, Luis (Org.). **Contextos humanos e psicologia ambiental**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. p.203-245.

LOOSE, Eloisa Beling; CAMANA, Ângela. Reflexões sobre o papel do Jornalismo Ambiental diante dos riscos da sociedade contemporânea. **Observatorio (OBS*) Journal**, v.9, n.2, 2015, p.119-132.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSENCA, Virginia Pradelina da Silveira (Org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamento críticos**. Florianópolis: Insular, 2010. p.19-42.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**. Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, n. 6, p. 59-75, 2005.

ROTONDARO, Tatiana Gomes. Diálogos entre Bruno Latour e Ulrich Beck: Convergências e divergências. **Civitas**, v. 12, n. 1, jan./abr. 2012, p. 145-160.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. In: **Críticos de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. ____; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (orgs.). Florianópolis: Insular, 2014. p.51-69.

SLOVIC, Paul; FINUCANE, Melissa L.; PETERS, Ellen; MACGREGOR, Donald G. **Risk as Analysis and Risk as Feelings: Some Thoughts about Affect, Reason, Risk, and Rationality**. **Risk Analysis**, v.24, n.2, 2004. p.311-322.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. V.1. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VEYRET, Yvette. **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.

WAHLBERG, Anders; SJOBERG, Lennart. Risk perception and the media. **Journal of Risk Research**, v.3, n.1, 2000. p.31-50.



Cais José Estelita (PE) em disputa: o discurso de CartaCapital acerca do conflito ambiental

Ilza Maria Tourinho Girardi¹
Eutalita Bezerra da Silva²

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir sobre a construção discursiva em torno da modificação da paisagem do Cais José Estelita, em Pernambuco, considerando que há um conflito ambiental em curso na área. Para tanto, valemo-nos da Análise de Discurso de matriz francesa, a fim de entender como o discurso jornalístico publicado no site de CartaCapital constrói a conjuntura em torno do conflito em questão. A análise compreende sete reportagens publicadas no período entre janeiro de 2014, ano em que houve a emergência do impasse, e junho de 2016. Percebemos um cenário de batalha descrito, no qual as forças de manutenção do espaço encontram-se nas mãos dos movimentos sociais, enquanto que as forças de transformação são conformadas num somatório das influências de construtoras, políticos e imprensa pernambucana, detentores de um “capital imobiliário”.

Palavras-chave: Jornalismo; Discurso; Conflito ambiental; CartaCapital; Cais José Estelita.

1. Introdução

Este artigo soma-se ao nosso ainda incipiente empenho na compreensão desse fenômeno relativamente novo, que é o da reocupação de áreas de centros históricos do Brasil, tomando como foco o Cais José Estelita, no Recife (PE), alvo de embate entre movimentos sociais e um consórcio de construtoras. Nossa aproximação tem por objeti-

¹ Jornalista, doutora em Ciências da Comunicação. Professora no PPGCOM/UFRGS. Líder do Grupo de pesquisa em Jornalismo Ambiental – UFRGS/CNPq. E-mail: ilza.girardi@ufrgs.br

² Jornalista, mestra e doutoranda em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: eutalita@gmail.com

vo, adiante, permitir o desenvolvimento da nossa pesquisa, cujo interesse deve concretizar-se numa discussão sobre o direito à cidade, retratado pelo Jornalismo, tendo o Cais como objeto empírico.

Já caminhamos, de alguma maneira, nessa questão, em artigo anterior, refletindo sobre a cobertura televisiva acerca do embate relativo ao Cais, considerando apenas o momento de ápice de conflito, marcado pela ocupação do espaço pelo movimento #Ocupeestelita, ocorrida em maio de 2014. Agora, pretendemos fazê-lo tomando um objeto que é do ciberjornalismo; considerando um período maior de análise e trazendo outra questão que já nos surge com muita força, que é a da emergência dos conflitos relativos aos territórios corporativos na América Latina, que parecem se materializar, no Brasil, no Cais José Estelita (mas também noutras áreas de interesse da especulação imobiliária, embora destes não devamos nos ocupar por hora).

Neste estudo, interessa-nos compreender como o discurso de CartaCapital acerca do conflito em curso na área do Cais José Estelita define a conjuntura em torno do terreno. Trata-se de uma questão relacionada à paisagem? A uma dinâmica de classes, constituindo-se numa disputa que é de ordem econômica? É uma questão de replicação de outros movimentos de ocupação, que fazem parte de uma dinâmica mundial? Trata-se de um problema de território, em que diferentes atores reivindicam o seu lugar de habitar? O que está no núcleo do conflito?

Enfim, são diversos os olhares possíveis para esta questão – não somente estes, mas tantos outros – e nos inquieta saber, considerando o viés progressista da publicação em questão, sobre a qual falaremos um pouco mais adiante, o que CartaCapital toma como essência desse conflito, em que se chocam os interesses de movimentos sociais e de grandes construtoras na ocupação de um espaço.

Para tanto, recorreremos a algumas frentes que nos permitem compreender o conflito, dentre os quais estudos da Geografia Social, mais especialmente das noções de espaço e território, que tangenciam a todo momento a nossa discussão. Partiremos dessa contextualização para buscar no Jornalismo, enquanto prática social e como um dos atores que contribuem para a construção da realidade, seu posicionamento perante o conflito ambiental em pauta, entendendo que sua competência na mediação e interpretação do mundo é reconhecida socialmente e que seu discurso reverbera publicamente,

constituindo um modo factível de ver (e ver-se) em sociedade. Entendemos, ainda, que o jornalismo digital pode propiciar um aprofundamento nas questões que já foram levantadas ao reportar o factual. Por hora, propomo-nos a iniciar a trajetória contextualizando o nosso objeto empírico e assentar o nosso modo de contemplação da discussão.

2. De armazéns a espigões: o espaço do conflito

Atualmente, a revitalização dos centros urbanos é considerada um imperativo. O interesse dos empreendedores por grandes áreas onde seja possível desenvolver construções de alto valor agregado³ voltou-se, em muito pela inexistência de novos espaços construtivos em locais privilegiados⁴, para os *terrain vague*, criados pela emergência de novas centralidades periféricas no contexto pós-industrial. Leite e Tilton (2011) revisitaram a noção de Solá-Morales, afirmando que

[Os *terrain vague*] constituem-se de áreas produtivas que perderam boa parte de suas funções, tornando-se obsoletas ou inutilizadas. Por vezes chegam a se tornar guetos de degradação urbana, social e ambiental. Trata-se de espaços subutilizados com mais significado passado do que presente, peças do interior de uma cidade que ainda se encontram fora da lógica utilitarista organizacional. Constituem um modo diverso de caracterizar a arquitetura por meio da ausência, da subutilização, do abandono. (LEITE; TITTON, 2011, p.52)

Para os autores, ainda que sejam lugares de difícil apreensão na percepção coletiva dos cidadãos, os *terrain vague* costumam ser dotados de forte memória urbana, o que leva grupos sociais concretos a resistirem a renovações que impliquem n'alguma modificação. “Talvez simplesmente porque esses grupos encontrem nesses espaços sua identidade” (LEITE; TITTON, 2011, p. 52).

A falta de terrenos livres nos bairros de classe média e alta, especialmente, impulsionou as construtoras a seguir uma tendência mundial, desenvolvida ao longo dos últimos anos, de transformar esses extensos espaços remanescentes da época de industrialização nos grandes centros em lugares com alto valor de troca, disputados pelas novas “casas-grandes”. Para que seja possível desenvolver seus projetos, essas empresas lan-

³ Diz-se valor agregado ao valor adicional que os produtos assumem após sua transformação no processo produtivo.

⁴ A monetarização da qualidade de vida (HARVEY, 2012), que reverbera, por exemplo, na compra de residências ou empreendimentos que propiciem menor deslocamento, maior proximidade com a natureza e afins tem sido frequentemente percebida nos grandes centros urbanos.

çam mão de uma série de outras atividades capazes de torná-los “ideais” para a moradia, seja pelo *marketing* contido na ideia da qualidade de vida ou pela apropriação de outros discursos, como o da facilidade de morar no centro, antes refutado pelas classes mais abastadas.

Com o apoio dos governos, que facilitam não somente a compra e venda dos terrenos, mas também todas as obras de infraestrutura necessárias, muitos dos terrenos vagos, antes desinteressantes, passam a valer somas vultosas e tornar-se sonho de muita gente. É com esse ideal que o consórcio Novo Recife, formado pelas construtoras Queiroz Galvão, Moura Dubeux, ARA Empreendimentos e GL Empreendimentos, adquiriu, há oito anos, em leilão, o terreno que abriga os armazéns do Cais José Estelita.

Quem trafega pela Avenida Engenheiro José Estelita vê, de um lado, os enormes galpões vazios. De outro, uma imensidão de água doce: é a Bacia do Pina descoberta, à mostra em sua plenitude. Junção de seis importantes rios⁵, quase como uma continuação do mar, é uma das mais belas paisagens⁶ recifenses. Há muitos anos, desde o declínio na produção do açúcar, *commoditie* que construiu boa parte da identidade do homem do Nordeste e que ainda ressoa na arquitetura da cidade, um terreno de mais de 100 mil metros quadrados paira como um retrato daquilo que já foi. O espaço que abriga o que restou das instalações portuárias e ferroviárias, desde armazéns, trilhos e moradias dos antigos funcionários da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) está localizado numa área central, ao lado do Pina, bairro com um dos metros quadrados mais caros do país, e sendo banhado por um quilômetro de frente de água⁷.

Mesmo após a aquisição do terreno pelo consórcio, pouco foi discutido sobre o assunto na imprensa tradicional. Foi somente em 2014, com a tentativa de demolição dos primeiros armazéns para o início da construção de 12 torres de 14 andares, das quais

⁵ É parte do complexo estuarino formado pela confluência e decantação dos rios Capibaribe, Beberibe, Tejupió, Jiquiá, Jordão e Pina, principais rios da Região Metropolitana do Recife (MARCONDES, 2009).

⁶ Embora utilizado por um grande número de disciplinas, bem como cotidianamente, o conceito de paisagem é muito caro à Geografia. Optamos, neste artigo, por trabalhá-lo na perspectiva de Milton Santos, segundo o qual “A paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza.” (SANTOS, 2002, p.103).

⁷ Para entender melhor o espaço em que está localizado o Cais, bem como as demais obras que formatam o terreno para o usufruto da especulação imobiliária, sugerimos a dissertação de David Tavares Barbosa (2014), disponível em <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11883?show=full>

oito residenciais, dois empresariais e dois hotéis, e a conseqüente ocupação do espaço por representantes de movimentos sociais e de instituições da sociedade civil, que requerem um aprofundamento nas discussões e formulações sobre o futuro do terreno, que a situação do José Estelita adquiriu alguma visibilidade midiática.

Ao longo dos últimos dois anos, muitas modificações já ocorreram no que concerne à questão do Cais José Estelita. Já se pleiteou um redesenho do projeto – com alguns ganhos tanto para os atores hegemônicos como para os contra-hegemônicos; já se falou em anulação do leilão, após a Polícia Federal assumir que se tratou de pleito fraudulento; já houve presença maciça da discussão acerca da força da cultura, uma vez que, em determinados momentos, foi o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) quem conseguiu manter os armazéns de pé, ao assumir que o espaço tem grande valor arquitetônico. São muitas as minúcias que envolvem o projeto e são, conseqüentemente, muitos os olhares possíveis acerca do assunto, como já mencionamos. Isso porque a questão de disputa pelo território⁸, em geral, é marcada por diferentes temporalidades, vivências e processos a que estão submetidos os diversos sujeitos.

Neste caminho, interessa-nos compreender como a discussão acerca do conflito que emerge na tentativa de apropriação do espaço do Cais José Estelita por diferentes atores é discursivizado pelo site CartaCapital, o que apontaria para uma provável dinâmica do nosso tempo acerca de um assunto que ainda nos é muito recente. Para tanto, pretendemos, por meio de Análise do Discurso de matriz francesa, aproximarmo-nos, sem ambicionar uma “interpretação de texto”, de como se constrói a conjuntura em torno do confronto. Porém, antes de adentrarmos ao nosso gesto de leitura, cabem algumas considerações sobre o jornalismo, bem como uma breve descrição do site cujas reportagens tomamos como *corpus*.

3. De que jornalismo falamos?

A cidade é múltipla e, como tal, é lida de maneiras diferentes pelos distintos olhares que sobre ela se debruçam. Uma cidade é o lugar da contradição e, para entendê-la, é preciso não apartar a complexidade do comportamento social e os elementos espaciais

⁸ Não pretendemos – e nem caberia – uma discussão aprofundada sobre os conceitos de território e espaço. Para o momento, entendemos como Raffestin (1993) para quem espaço é prisão original, território é constructo.

que a conformam. Caminhando na fenomenologia de Lefebvre (2000), assumimos que existe um Cais que é percebido pelas empreiteiras, outro que é percebido pelos movimentos sociais, e mais um que é lido pela população da região. As percepções acerca do espaço são tão distintas como as práticas que nele se desenvolvem, uma vez que é baseada na materialidade, na experiência concreta.

Desta forma, se admitimos a existência de diferentes atores disputando um espaço, entendemos que há modos de contemplação distintos, o que conduz à formação de embates relacionados à apropriação de territórios, já que as malhas, redes e nós, tecidas na organização territorial, não são homogêneas ou uniformes. Essas tramas, enquanto componentes da vida cotidiana, que são recontadas pelo jornalismo ao discursivizar o nosso tempo reconstruindo-o, estão baseadas em critérios que também são próprios da sociedade e do mundo em que está inserido.

Assim, as práticas que são narradas no jornalismo não são definidas de quaisquer maneiras, senão respondem às dinâmicas de uma época, ao que lhes é cotidiano. Daí a poder admitir, por hora, que o espaço social discursivizado pelo jornalismo não é um todo coeso, mas fragmentos que emergem das práticas dos atores que estão nele envolvidos – como atores diretos (jornalistas) ou como audiência presumida (leitores).

É do jornalismo a responsabilidade de construir a notícia de modo que possa responder à necessidade de seu público de saber sobre o que aconteceu/está acontecendo no mundo. Ao passo que o faz, por seu crivo pessoal e baseado nas suas experiências, naquilo que acredita serem as expectativas de seu público e considerando as coerções que são impingidas pela linha editorial do veículo para o qual escrevem, está também construindo a realidade. (MAIGRET, 2010; TRAQUINA, 2012; WOLF, 1999)

Lefebvre (2001) aponta, ainda no final dos anos 1960, a importância do jornalismo na disseminação de informações sobre a ocupação das cidades. Segundo o autor, por meio dos artigos de jornais as questões e reflexões urbanísticas saem do círculo dos técnicos, dos especialistas, dos intelectuais e ganham domínio público. Hannigan (2009), por sua vez, afirma que, para um problema ambiental seja validado, dentre outros fatores, é necessário que ele receba atenção midiática. Segundo ele, alguns problemas contemporâneos são sistematicamente discutidos, como o buraco na camada de ozônio ou o aquecimento global, enquanto outros não são válidos como notícia.

Considerando estes e outros autores que se debruçaram sobre a questão, assim como refletindo conjuntamente com o Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental, do qual fazemos parte, para quem a comunicação sobre meio ambiente, de fato, ganhou mais espaço nos últimos anos, embora persista o estigma de que meio ambiente é sinônimo de fauna e flora. Admitimos a necessidade de discutir a questão da cidade à luz do jornalismo ambiental, reforçando que os problemas decorrentes da sua ocupação são conflitos ambientais⁹, que se diz de um fenômeno inerente a toda a sociedade e que se revela a partir das relações sociais que são constituídas também como relações de poder (PORTO-GONÇALVES, 2003). Nestes, há forças de permanência e de transformação do estado de coisas, margeados por leis e regulamentações ambientais que ora estão a favor de determinado lado, ora de outro.

Para esta investigação, optamos por analisar o discurso sobre o conflito ambiental relativo à modificação da paisagem do Cais José Estelita publicado pelo site de CartaCapital, considerando que houve pouco interesse de outros veículos nacionais sobre o assunto, bem como o viés reconhecidamente progressista da publicação, que poderia incitar discursos diferentes daquele que havíamos analisado anteriormente (SILVA, 2014), ao investigar o discurso da TV Globo. Calcado nas propostas da revista de mesmo nome, fundada pelo jornalista Mino Carta, segundo informe institucional, o conteúdo online de CartaCapital circula desde 1999, mas foi em 2013 que firmou-se, após os conflitos de junho daquele ano no Brasil. “Na internet, seguimos firmes na linha editorial progressista e transparente que consagrou a revista, de olho na sensível questão dos direitos humanos e abrindo espaços para causas nem sempre contempladas pela imprensa brasileira.” (CARTACAPITAL, online)

O conteúdo digital de CartaCapital, que abarca editoriais, blogs, colunistas e Carta Educação, contabiliza, segundo *mediakit*¹⁰ divulgado pela Editora Confiança, média de 7 milhões de *pageviews* mensais e 5,6 milhões de visitantes únicos mensais. Ainda conforme a mesma publicação, o leitor de CartaCapital (aqui não há definição de qual veículo, exatamente) é um público altamente qualificado, sendo 82% com ensino superior

⁹ Embora alguns autores optem pela expressão “socioambiental”, entendemos a sociedade como constituinte do ambiente, posto que o termo “conflitos ambientais” já responde à nossa proposta.

¹⁰ http://editoraconfianca.com.br/formatos_html/assets/editoraconfianca_20_07.pdf

completo, 60% com pós-graduação e mais de 60% deles indicam interesse em política e economia globais.

4. Por um gesto de análise

Tomamos como dispositivo teórico-metodológico, nesta investigação, a Análise de Discurso de matriz francesa, tal como proposta por Michel Pêcheux, motivo pelo qual refutamos o texto como lugar de hermetismo e completude para, então, apreciarmos o conjunto de discursos possíveis a partir de determinadas condições de produção (PECHÊUX; FUCHS, 1997). Assumimos, assim, que todo discurso tem íntima relação com o que lhe é exterior, a conjuntura histórico-social em que foi produzido, ao lugar social em que seu sujeito está inscrito e às formulações já existentes sobre ele. (INDURSKY, 1998).

Para esta análise, recorreremos ao site de CartaCapital¹¹ para colher as reportagens que foram publicadas sobre o Cais José Estelita entre janeiro de 2014, ano de emergência do impasse, e junho de 2016. Por meio do sistema de buscas disponível na página, encontramos dez citações ao cais, das quais seis no espaço dedicado aos blogs, três na editoria Sociedade e uma na editoria Cultura. Após uma leitura dos textos, descartamos três deles: um, entrevista com a cantora Karina Buhr, citava o cais apenas como um dos interesses da artista. Outro, do Blog Caixa Preta, esmiuçava o uso da Lei de Acesso à Informação pelo grupo Direitos Urbanos, que mobiliza boa parte das discussões sobre o cais. Rejeitamos, ainda, uma crônica sobre o assunto.

Com sete textos, passamos, então, para uma leitura atenta, a fim de entender como CartaCapital descreve o conflito. Não nos furtamos, porém de refletir sobre suas datas de publicação. Chamou-nos a atenção o fato de que são poucas as publicações sobre o assunto, condensadas apenas entre maio de 2014 e agosto de 2015, o que demonstra que, mesmo num veículo assumidamente de esquerda, estas demandas ainda não recebem grande apoio. Passemos, então, ao exercício de leitura propriamente dito.

¹¹ <http://www.cartacapital.com.br/>

O conflito propriamente dito costuma ser seguidamente descrito nos textos de CartaCapital, consolidando uma ideia de aprofundamento da questão, referência no jornalismo digital. Além de trazer o novo, os textos costumam retomar o conflito, destacando a novidade. Numa análise primeira, buscamos aquilo que CartaCapital define como sendo as condições de produção desses discursos sobre o conflito. Analisemos as SDs adiante:

(T2 SD1) A desocupação é o mais recente episódio polêmico de uma briga iniciada em 2008 e que diz respeito a um problema não só do Recife, mas de várias capitais brasileiras: **a falta de diálogo e consulta popular sobre o desenvolvimento da cidade**, uma situação que beneficia as empreiteiras, as grandes financiadoras de campanha política no País.

(T3 SD2) Como no caso do projeto Novo Recife, no Cais José Estelita, **grandes empresas se apropriam de espaços de interesse público e vendem privilégios que deveriam ser de usufruto comum**, como as vistas para as belas paisagens de corpos d'água, áreas vegetadas e monumentos históricos.

Nas SD1 e 2, CartaCapital expõe, em seu discurso, que o conflito do Cais está ancorado numa dinâmica segregacionista, em que não se consulta a população para discutir sobre aquilo que diz respeito a ela, à sua ocupação do espaço, enquanto que as grandes empresas apropriam-se de terrenos, construindo sobre eles seus territórios de uso corporativo, sobre os quais detém os direitos e exploram como bem entendem, ainda que, a rigor, este usufruto deveria ser acessível a todos. Com isso, instaura-se o embate. De um lado, os exploradores; doutro, os explorados.

Os momentos de conflito entre esses atores são descritos em quase todas as reportagens analisadas e destacam quase que caricaturalmente os atores que as protagonizam. A dramaturgia, recurso bastante utilizado pelo jornalismo – principalmente o televisivo, mas não somente ele – está presente na descrição dos embates entre movimentos hegemônicos e contra-hegemônicos em CartaCapital, como podemos perceber na sequência discursiva¹²(SD) a seguir:

(T4 SD3) Em protesto contra a conduta do aliado de Geraldo Júlio, Isabella e outros oito vereadores deixaram o Plenário. Com isso, o projeto acabou aprovado por 20 votos a favor e nenhum contrário. **Na saída, ao ser xingado por manifestantes, o presidente da Câmara acenou com um sorriso irônico.**

¹² A ordem numérica a que estão submetidas as sequências discursivas analisadas refere-se ao número que atribuímos a cada texto, sendo 1 o primeiro a ser publicado em CartaCapital e 7, o último. Já as sequências discursivas foram numeradas de acordo com a ordem de aparição neste artigo.

(T2 SD4) Cerca de 150 PMs **chegaram de surpresa** à ocupação às 5 horas da manhã e não deram tempo para que as pessoas deixassem o local. **Advogados do movimento foram impedidos** de entrar para negociar uma **saída pacífica** e os PMs **não pouparam bombas de gás lacrimogêneo, bala de borracha e spray de pimenta**.

Na SD3, percebemos uma divisão relativamente clara: há um número de vereadores alinhados à causa que, em conjunto com os movimentos sociais, protestam contra outros atores. Estes, ainda que pertençam à mesma casta, posicionam-se de maneira contrária, e há, inclusive, quem haja ironicamente contra os manifestantes por ter sido xingado. A SD4 reforça a existência de protagonistas e antagonistas nesse conflito. A Polícia, que chega de surpresa e não poupa artefatos não-letais, está em posição de vilã, enquanto que os advogados do movimento, que buscavam uma saída pacífica, são os mocinhos. A construção discursiva proposta demonstra, sem dúvida, uma relação mais próxima da publicação com os dizeres do movimento, uma vez que impinge a eles os adjetivos mais amenos e o lugar de apaziguador. Ainda que xingue o parlamentar, o faz com razão.

Tal relação de CartaCapital parece dever-se à certeza, demonstrada noutros momentos, ao longo da narrativa, de que há regalias oferecidas por parte do setor público às investidas privadas, visando única e exclusivamente aos interesses do capital. Este, inclusive, é seguidas vezes colocado como principal entrave à realização das propostas do movimento.

(T1 SD5) Em poucas palavras, O Cais José Estelita, sejamos contra ou a favor da sua demolição, é parte da história do Recife e uma discussão sobre os seus rumos não pode ser tangenciada exclusivamente pelos **interesses do capital imobiliário** e sem a devida transparência pública e participação social.

(T1 SD6) Para além da sociedade organizada, Ministério Público Federal, Estadual, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e alguns parlamentares também fazem parte da luta para que **o poder do capital imobiliário** não atropela os direitos urbanos da capital pernambucana [...]

(T2 SD7) O maior sinal de que **o poder econômico** exerce influência desproporcional na disputa entre construtoras e sociedade civil ocorreu alguns meses depois da aprovação do projeto no CDU.

As três sequências que recortamos dos textos analisados confirmam que há, por parte de CartaCapital, uma desconfiança de que existem relações escusas entre a coisa

pública e os interesses privados. Essas afinidades corporificam-se, na SD5, ao apontar que a história da cidade está à mercê do poder representado pelo capital das grandes empreiteiras. A SD6 corrobora, ao sugerir que o capital imobiliário poderia “atropelar” os direitos urbanos, o que demonstra sua superioridade perante este, capaz de suplantá-lo. Já na SD7, existe quase que uma confirmação dessa desconfiança, com um grande sinal, que veio com a aprovação do projeto.

A materialização da força desse capital imobiliário se dá em diversas instancias, de acordo com o discurso de CartaCapital nos textos analisados. Uma das demonstrações mais fortes disso é a subserviência da imprensa pernambucana aos ditames dessas empresas. Duas das reportagens analisadas, inclusive, versavam única e exclusivamente sobre o silenciamento da mídia daquele estado acerca do problema instaurado. Vejamos nas SDs seguintes.

(T1 SD8) Apenas um dos três jornais da capital noticiou **linhas descontextualizadas** sobre o fato. Nenhuma das matérias passava de seis parágrafos, **insuficientes** para contextualizar a história que existe desde 2008, e que em 2012 tomou novos rumos e ganhou novos atores.

(T7 SD9) Em uma **página preta e branca, na parte inferior e menos valorizada do periódico**, o *JC* publicou a única matéria da imprensa escrita sobre o Ocupe Campo-Cidade.

(T7 SDX10) No caderno *Poder do Diário de Pernambuco*, a capa e duas páginas coloridas trazem a cobertura dos protestos nacionais e do que aconteceu no Recife, o Ocupe Campo-Cidade **só aparece no site e em uma nota com foto na parte inferior esquerda** do caderno *Local*.

Como dito, as SDs apresentadas demonstraram o pouco interesse da imprensa local sobre o assunto, explícito no escasso espaço dado à questão, que não permitiu contextualizá-lo, como demonstram as SD8 e SD9. Os textos publicados foram tratados, nesse exercício metalinguístico proposto pelo site, como linhas descontextualizadas e parágrafos insuficientes, relegados a locais menos valorizados, com diagramação pouco privilegiada e em tons de preto e branco. Conforme CartaCapital, analisando o que essa

formatação significa no jornalismo, os periódicos pernambucanos trataram o assunto como algo de pouco interesse público e como tendo menor valor-notícia¹³.

Cabe destacar, ainda nas SDs analisadas, que, conforme o excerto que pode ser lido na SD10, a publicação num *site* é tomada como menos valiosa que aquela feita nas páginas do jornal. O fato de uma notícia figurar somente no conteúdo online, conforme um veículo que se utiliza da mesma plataforma, remete a uma importância menor. O jornalista que escreve o texto de CartaCapital, nesse caso, coloca-se, ele mesmo, como alguém semelhante a quem ele critica. Percebemos esta formulação, também na SD11, como vemos a seguir.

(T1 SD11) Breve contextualização (tentando dar conta do que **a mídia** não conta)

Esta SD, que aparece como subtítulo de um dos textos, indica que CartaCapital coloca-se como algo que não é “a mídia”, instituição tal como conhecemos. Ela despe-se de uma pretensa semelhança com os periódicos que refuta para, com isso, tornar-se tribuna dos movimentos sociais, lugar que inexistente, geralmente, na imprensa¹⁴ tradicional. Assumir essa postura, para CartaCapital, é fazer jornalismo, de fato, como outros veículos não fazem. E, por não fazê-lo, por cederem ao tal capital imobiliário, decretam a falência do modelo jornalístico que Carta defende, como vemos adiante.

(T1 SD12) Uma breve análise sobre **a infeliz constatação da morte do jornalismo** pernambucano passa, logicamente, por uma leitura política dos fatos, mas, sobretudo, por uma leitura econômica do modelo de negócio do jornalismo.

Dissemos que o poderio econômico das grandes corporações imobiliárias, conforme o discurso analisado, personifica-se na imprensa. Mas não só. É possível notar em CartaCapital que há uma materialização dessa força também na política, seja por meio de um afastamento do movimento contra-hegemônico de um possível cunho político-partidário, seja por uma demonstração de que as movimentações “por debaixo dos panos” seguem à toda, entregando o cais nas mãos dos empresários.

¹³ Conforme Mauro Wolf (1999, p.175), os valores-notícia são estabelecidos ao longo do processo de produção e respondem à pergunta: “que acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícia?”

¹⁴ No excerto apresentado na SD11, sabemos, por força do uso convencional, que o termo “mídia” refere-se à imprensa. Posto isso, os tomamos, naquele momento, como sinônimos, embora saibamos diferenciá-los.

(T1 SD13) Desde 2012, o grupo “Direitos Urbanos - Recife”, **de caráter não partidário**, tem aglutinado e mobilizado manifestações, ocupações, audiências públicas, denúncias ao Ministério Público, dentre outras atividades para defender a área do Cais José Estelita.

(T4 SD14) Mesmo sendo alvo de protestos desde 2012, o projeto passou com facilidade pela Câmara dos Vereadores do Recife. Para isso, base aliada e o prefeito fizeram uma **manobra bem elaborada**.

Na SD13, notamos latente a vontade do sujeito de confirmar que o movimento, que tem empreendido esforços para defender o cais, não quer, com isso, envolver-se nas falcaturas típicas dos partidos políticos. Os mesmos partidos que negociam o terreno com as empreiteiras. Defender, na SD13, que se trata de movimento não partidário, pode indicar uma tentativa do sujeito de colocar-se noutra perspectiva, diferente daquela dos atores da SD14, que se envolvem até mesmo numa “manobra bem elaborada” para conseguir que o projeto para a construção do Novo Recife seja aprovado.

O capital imobiliário exerce força, conforme CartaCapital, também, na justiça, posto que há uma insegurança perceptível dos movimentos com relação à postura judicial. A pretensa cooptação da justiça pelo poderio econômico pode ser percebida nas sequências 15 e 16.

(T2 SD15) Autora de uma das ações do MPF contra o projeto Novo Recife, a procuradora da República Mona Lisa Ismail admite que **o poder econômico das empresas costuma influenciar, sim, as decisões judiciais**.

(T2 SD16) Para Liana, a ação [de reintegração de posse] só deixa evidente **a falência do Estado Democrático de Direito**, já que ação foi "uma clara repressão política".

Mas o discurso construído nas reportagens de CartaCapital deixa entrever alguma esperança. E esta reside na Cultura pernambucana. Se a ideia pode parecer pueril, num primeiro momento, a construção discursiva dos textos de Carta nos permite perceber que não há (apenas) romantismo na ideia.

(T5 SD17) **Roger e Niltinho, ambos produtores e agitadores culturais, se engajaram na luta de movimentos contra a especulação imobiliária no Recife**. [...] Se dependesse da vontade do governo e do setor de construção, seriam erguidas 13 torres comerciais e residenciais de 12 a 38 andares.

(T5 SD18) **De uma hora para outra, o bloqueio midiático foi furado**. Shows musicais ganharam as páginas de cultura. Até um endereço do local foi estampado com as tintas dos jornais: Espaço Estelita.

(T3 SD19) **Parte da esperança reside na Fundarpe [Fundação do patrimônio Artístico e Cultural de Pernambuco]**, órgão no qual foi protocolado recentemente um pedido de tombamento da planta original da fábrica, com um polígono de preservação em seu entorno.

Conforme percebemos nas SDs acima, o que existe é um movimento forte de pressão cultural sobre o lugar e, valendo-se de outro já-dito, que é o de que a capital pernambucana é uma das cidades com mais fôlego de arte, música e arquitetura do país, é possível, então, requerer do poder público que dê outra destinação ao cais. Um destino que responda a esses anseios e à vocação da Cidade. Para isso, vale buscar os filhos da cidade, que são reconhecidos nacionalmente, para que estes defendam a importância do cais para a Cultura da Cidade. Estes produzem shows, agitação, ocupação e conseguem furar o bloqueio que o capital imobiliário construiu em torno da imprensa. É por meio da Cultura que o Estelita ganha os jornais e um nome. A esperança está, também, na Fundarpe, conforme a SD19. Órgão de fomento à cultura, pediu tombamento de fábrica em Camaragibe, a qual a CartaCapital chamou de “Novo Estelita” e fez repetidas comparações em seu texto. Se a Fundarpe pode salvar a fábrica, quiçá possa fazê-lo pelo cais.

5. Traçando algumas conclusões

Ao analisar os sete textos e, de certo, considerando as condições de produção e existência desses discursos, percebemos que existe um campo de batalha construído no Cais José Estelita, que se desenha, num exercício metalinguístico, no exterior e no interior das frases publicadas em CartaCapital. Fora, nota-se uma imprensa que se soma a parte dos políticos, da justiça e das grandes empreiteiras para posicionar-se a favor da construção das torres no Cais. Dentro, tem-se uma disputa entre atores, que pleiteiam parágrafos, linhas e fotos na imprensa para terem seus posicionamentos validados. Nesse lugar, CartaCapital não quer somar-se à mesma imprensa que critica, tentando constituir-se, então, noutra instituição, uma que faz o jornalismo permanecer vivo.

O discurso de CartaCapital apresenta, assim, um conflito formado por um grande número de atores, os quais, com suas armas, pleiteiam seus interesses para a área. Os movimentos sociais tomam como arma a Cultura pernambucana e dela se valem como

escudo para os seus interesses. Nela se ancoram para alcançar patamares mais altos (a imprensa é um deles) que parecem fáceis para as empreiteiras. Estas, lutam com outra arma, o capital imobiliário, por meio do qual legislam sobre a política, a justiça e, claro, a imprensa pernambucanas como bem lhes apraz.

Em CartaCapital, entendemos que o conflito ambiental formado no chão do cais é mais que uma Guerra de Davi contra Golias, considerando que são muitos os Golias e são poucos os Davis. Não se trata de um movimento lutando contra uma empreiteira, ou de uma comunidade lutando contra o projeto. O discurso de CartaCapital deixa entrever que se trata de uma luta por uma perspectiva ideológica – destaque-se a importância da imprensa para a manutenção das relações, considerando que esta, enquanto instituição, num olhar Althusseriano, atua como um Aparelho Ideológico de Estado e, como tal, reproduz as forças de produção, mantendo o estado das coisas. Percebe-se, pelo discurso de CartaCapital acerca da (outra) imprensa, que o conflito tem como problemática principal uma batalha entre distintos modelos de cidade, modos de contemplação do espaço e maneiras de viver em sociedade. O que deixa o consenso muito mais distante do que se esperava.

Referências

GIRARDI, Ilza; MASSIERER, Carine; SCHWAAB, Reges. Pensando o jornalismo ambiental na ótica da sustentabilidade. **UNirevista** (UNISINOS), v. 1, p. 1-12, 2006.

HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental**. Tradução de Annahid Burnett. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 99-119

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**. nº 29. São Paulo, jul./dez. 2012. p. 73-89.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4ème ed. Paris: Anthropos, 2000.
_____. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frías. São Paulo: Centauro, 2001. 143 p. Título original: Le Droit à la Ville

LEITE, Carlos; TITTON, Cláudia. Reflexões acerca do papel da Arquitetura e do Urbanismo na cidade contemporânea. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Rio de Janeiro, 2011. p.46-60.

MAIGRET, Eric. **A sociologia das profissões de comunicação**: o que fazem os jornalistas? Sociologia da comunicação e das mídias. São Paulo: Editora SENAC-SP. 2010.

MARCONDES, Ana. **Sedimentologia e morfologia da Bacia do Pina, Recife-PE**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009. 89 p.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Cathérine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975) In: GADET, François; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: UNICAMP, 1997.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In: **Movimientos sociales y conflictos en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

RAFFESTIN, Claude. O que é o território? In: **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-163.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo – razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, Eutalita. O discurso telejornalístico na cobertura do #ocupeestelita. In: **Anais do 12º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, Santa Cruz do Sul, 2014.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 3 ed. Ver. 2012.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 5 ed. Lisboa: Presença, 1999.



Reportagem, reconhecimento e o que nunca vamos saber: uma leitura do Especial Tapajós da *Agência Pública*

Reges Schwaab¹

Maiara Rauber²

Resumo: Inserido em um projeto mais amplo, o debate aqui desenvolvido tem como motivação a busca por discutir a possibilidade da ruptura do narrar jornalístico, como um dizer que “abre a possibilidade do possível” (MARCOS, 2007), inserido no jogo do reconhecimento entre sujeitos diante das problemáticas do contemporâneo. Localizamos como propulsora do debate a abordagem de um conflito socioambiental que envolve comunidades humanas, demarcação de terras e empreendimentos hidroelétricos na Amazônia, a partir da série de reportagens *Especial Tapajós*, da *Agência Pública de Jornalismo Investigativo*. A base da discussão jornalística é a reportagem e o que ela compreende como prática e como gesto narrativo, sendo nossa intensão sondá-la pela hipótese de que alcançar a ruptura e a força da narrativa seriam devedoras, em essência, do gesto de reconhecimento.

Palavras-chave: Reportagem; narrativa; reconhecimento; socioambiental; Agência Pública.

1. Comentários Iniciais

“O que vocês querem perguntar? Vocês querem saber a história Munduruku? Eu posso contar: o cachorro é o homem, a mulher é o peixe. Me diz como vocês vão entender isso? Por isso que eu digo: vocês nunca vão saber.”
Roseninho

O presente artigo apresenta parte de um trabalho que tem a intencionalidade de debater a reportagem como devedora, em primeiro lugar, do gesto de reconhecimento.

¹ Doutor em Comunicação e Informação pela UFRGS. Professor do Departamento de Ciências da Comunicação da UFSM Campus Frederico Westphalen. Integrante dos Grupos de Pesquisa Jornalismo Ambiental (UFRGS/CNPq) e Resto - Laboratório de Práticas Jornalísticas (UFSM/CNPq). E-mail: reges.ts@gmail.com.

² Bolsista FIPE Júnior (UFSM). Acadêmica de Jornalismo na UFSM Campus Frederico Westphalen. Integrante do Resto - Laboratório de Práticas Jornalísticas (UFSM/CNPq). E-mail: maiara@gmail.com

Esse movimento considera em especial que as emergências do contemporâneo, com especial relevo aos temas socioambientais, os conflitos sociais, as diferenças e as temáticas humanitárias, que requisitam passos mais sólidos para que sejam alcançados e possam reverberar e dar a ver o espectro que mobilizam. Para isso, sem perder de vista os intervalos que se estabelecem entre a narrativa jornalística, a histórica e a literária, buscamos dirigir a discussão sobre a reportagem jornalística e sua construção mantendo em permanente evidência o Outro, dimensão primeira do gesto comunicativo. Sob essa perspectiva, a possibilidade da ruptura do narrar jornalístico surge como elemento importante, como o que “abre a possibilidade do possível” (MARCOS, 2007).

Na esteira do debate pretendido, o trabalho da reportagem não pode ser visto como uma modalidade textual apenas, tampouco pode ser traduzido somente por uma técnica. A partir dos objetivos definidos para a pesquisa que origina este texto, trazemos aqui uma breve leitura de produções de um espaço narrativo que classificamos, a partir de Foucault (2009), de “outro espaço”, por sua condição não-hegemônica de produção e circulação, porém justaposto a outras séries de discursos. Aqui, nosso exame vai considerar um recorrido de definições de reportagem em literatura de referência na área e a coleta de elementos da produção jornalística estudada. Em segundo lugar, de uma amostra geral, que faz parte do projeto maior, selecionamos aqui como base empírica para a conversa a série de reportagens *Especial Tapajós*, da *Agência Pública de Jornalismo Investigativo* (<http://apublica.org>). A *Pública* é uma organização sem fins lucrativos sediada no Brasil e mantida por jornalistas desde 2011. Tem o intuito de “produzir reportagens de fôlego pautadas pelo interesse público, sobre as grandes questões do país do ponto de vista da população – visando ao fortalecimento do direito à informação, à qualificação do debate democrático e à promoção dos direitos humanos”.³ As reportagens e séries investigativas são livremente reproduzidas por uma rede de mais de 60 veículos, citada a fonte original. O *Especial Tapajós*, abordado mais detalhadamente a seguir, foi produzido entre o final de 2014 e o início de 2015 e consolida mais um movimento da *Agência* no tratamento das grandes questões da Amazônia brasileira.

³ Disponível em: <<http://apublica.org/quem-somos>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

2. Cercar a reportagem

Por um enfoque relacional (PONTE, 2005), os eventos e emergências do mundo e o trabalho jornalístico não podem ser dissociados. Como indica França (1998), o jornalismo não fala simplesmente para a sociedade, mas constitui um tipo de fala da sociedade e a maneira colocar o “mundo diante de si” é o que define sua epistemologia (GROTH, 2011, p. 170), dada a tarefa de se posicionar em relação ao tempo e dar a conhecê-lo, ou também de ser um “apresentação experimental do mundo, que põe continuamente a realidade à prova”, como aponta Motta (2012, p. 220).

Na busca conceitual que estamos empreendendo na pesquisa, nosso primeiro movimento foi recolher definições de reportagem que pudessem auxiliar no tensionamento pretendido, ou seja, cotejar o trabalho da narrativa produzida pela rubrica do jornalismo a partir do gesto de reconhecimento. Tomamos como ponto de partida a produção reunida nos Anais dos encontros anuais da SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo,⁴ na busca por artigos que tocaram na discussão acerca da reportagem. Esse levantamento trabalhou com definições e proposições sobre o tema por eles apresentadas. De posse dos artigos, foi possível partir para um conjunto mínimo de livros, recorrentes como referência em tais textos, indicando linhas de definição da reportagem, o que é recomendado ao repórter na relação com suas fontes de informação e o modo como essa literatura trata das tarefas desse sujeito repórter.

Os Anais da SBPJor, reúnem, de 2003 até 2015, 18 artigos⁵ que tratam, em diferentes níveis, da reportagem. Para conceituá-la, trazem nas referências autores brasileiros como Sodré e Ferrari, Pereira Junior, Lage, Dimenstein e Kotscho. Sodré e Ferrari (1986, p.15) destacam a reportagem em seus estudos por características como “a predominância da forma narrativa, a humanização do relato, o texto de natureza impressionista e a objetividade dos fatos narrados”.

Ao observar os 18 textos, verificamos que seis têm como objeto a reportagem no meio televisivo. Os demais estão voltados para outros suportes, o jornal (três), a revista (dois), os livros (quatro) e os sites (três). Por isso, uma das definições mais recorrentes de reportagem é a televisiva, trabalhada a partir de Squirra (1993, p. 170), como

⁴ Acervo disponível no site da entidade: <<http://www.sbpjor.org.br>>.

⁵ Os artigos que serviram de base foram encontrados a partir da busca por textos do acervo que continham a palavra “ reportagem” no título ou nas palavras-chave.

“conjunto de providências necessárias à elaboração de uma matéria. É composta de pesquisa, trabalho de checagem dos dados, entrevista externa e edição das informações essenciais do fato ocorrido”. Constatamos, nos 18 textos, que o olhar sobre o Outro não é perspectiva de interesse para as reflexões que desenvolvem. Contudo, em Xavier e Rocha (2012), a crítica de Pereira Junior (2006, p. 96) com relação à falta de humanização nas reportagens ganha espaço:

Desumanizar é, por óbvio, tratar de pessoas como quem fala de fenômenos climáticos ou estatísticos. Mas é também a fragmentação dos sentidos, a superficialidade, a falta de contextualização ou o distanciamento acrítico das situações, uma abordagem opaca sem margem a dúvidas, um julgamento preto no branco, a simular um ordenamento e uma previsibilidade sobre o comportamento humano e sobre as realidades apuradas, que quase sempre são desmentidos por apuração mais rigorosa dos incidentes.

Na busca de um aporte sobre um olhar mais atento ao personagem e como sua história dá a ver o tempo e o espaço partilhados, verificamos como esses autores discutem o trabalho do repórter com as fontes. Pereira Junior (2006), em *Apuração da Notícia*, evidencia que o olhar sobre o personagem não deve estar preso a incidentes ou descobertas ímpares:

Humanizar um relato tem um sentido mais amplo que tudo isso. É resistir à tentação de estandarizar ou de precipitar análise sobre uma pessoa – mas, o que é mais complicado, não reduzir os significados possíveis que retratamos na história. Noticiar com frieza protocolar é um ato desumanizante, seja o alvo da apuração uma pessoa, cena ou história. (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p. 96).

Alguns teóricos definem como secundária a reportagem humanizada. Dimenstein e Kotscho (1990, p.79), em *A aventura da reportagem*, não compactuam com essa visão. E rebatem: “como se pudesse existir reportagens desumanas e o texto tenha que ser, necessariamente, duro, pesado, complicado, para parecer profundo, definitivo”.

Em síntese, agrupamos as concepções mais recorrentes que os livros citados trazem como característica da reportagem da seguinte maneira:

- a) A reportagem deve apresentar duas ou mais fontes e pontos de vistas que diferem: “um trabalho jornalístico é objetivo quando garante equilíbrio entre pró, o contra, os ângulos da notícia, quando faz apresentação das partes ou das possibilidades em conflito” (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p. 54).

- b) O uso das “aspas” é fundamental, é preciso atribuir a alguém a informação recebida: “uma das obrigações do repórter é dar crédito a quem falou” (DANTAS, 2012, p. 254).
- c) A fonte anônima é um recurso, a que busca não ser nomeada pela autoria do que está sendo publicado, também denominado fontismo (off), “o anônimo, a absoluta ausência, marca pessoal ao trabalho, que deve ser destituído de qualificativos, metáforas fortes ou o uso da primeira pessoa” (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p. 55)
- d) A reportagem investe em fontes de valor, ou seja, “as fontes devem ser tão confiáveis que a informação fornecida por elas exigem o mínimo possível de controle” (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p. 82).
- e) O olhar e a escuta são mencionados. Cabe ao repórter buscar fatos despercebidos na naturalização do cotidiano: “O desafio do repórter (no cenário complexo, tentacular, da desordenada torrente de acontecimentos que forma a vida contemporânea) é encontrar evidências soterradas em camadas de versões, procurar certezas em situações de incertezas” (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p. 71).
- f) A reportagem requer investimento no levantamento de dados, em intenso trabalho de campo a ser desenvolvido: “Aí se incluem pauta, levantamento de dados no arquivo da empresa jornalística (pesquisa), atividade do repórter através de sua observação do acontecimento e através das entrevistas que realiza” (LAGE, 2008, p. 93). Ainda conforme Lage (2008, p. 20), a figura do repórter tem de ser repensada: “Ele não apenas deve apurar bem, mas formular seu texto como o melhor dos redatores e participar das tarefas de edição”.

A maneira pela qual se constrói a narrativa jornalística e o que ela dá a conhecer sobre o mundo e sobre as práticas jornalísticas não é algo que se afasta de tal discussão. Quando tematizamos o jornalismo pela narrativa, no entanto, cabe demarcar que pouco se modifica em relação ao tipo de problematização que a reportagem impõe no modo de tecer o presente e seu horizonte de problematização. Sabemos que o fazer jornalístico é

tradicionalmente marcado por um tipo de objetividade⁶ e aspectos que limitam a autonomia e os contornos do dizer devem ser evitados. É quando, para Pereira Júnior (2009, p. 95), o jornalismo “corre o risco de desumanizar a informação, cobrir de cinza um mundo mais rico do que a reportagem, enfim, faria supor”. Se o trabalho do jornalista é realizado ou tomado por uma via simplificadora, sua capacidade de debate e interpretação, ou seja, de investimento na sondagem e reconhecimento do tempo e do espaço partilhados se esmorece. Além disso, entre a escrita hegemônica e outras escritas que emergem no cenário midiático, como é o caso do espaço jornalístico que estamos analisando, os modos de dar a conhecer o outro são lacuna a ser tensionada.

Ao buscar outros espaços de narrar, ainda cabe lembrar, tomamos como problemática do campo a existência de um déficit de abrangência das narrativas jornalísticas (MEDINA, 2008), nos obrigando a procurar elementos que permitam visualizar novos intervalos para nossos objetos. Alcançar as questões do contemporâneo e os conflitos desse tempo exige sublinhar a importância do gesto do repórter e da reportagem que, pelo olhar ampliado, ou seja, pela narrativa que advém dos “cacos” e das “migalhas” (GAGNEBIN, 2010) possa se traduzir em potência e ter força social.

3. O Especial Tapajós

A livre reprodução de conteúdo da *Agência Pública*, além do trabalho em parceria com outras instituições independentes internacionais como o *Wikileaks*⁷ e agências da América Latina, Estados Unidos e Europa, são traços tão importantes da sua veia investigativa livre. A *Pública* também atua em financiamentos específicos com bolsas e microbolsas para jornalistas brasileiros desenvolverem reportagens. Acompanhando as possibilidades do ambiente digital, utiliza diferentes formatos narrativos para além de textos, como fotos, vídeos, áudio e infográficos. Em espaços como o da *Pública*, o leitor escolhe a ordem de visualização do material que acessa, com diferentes possibilidades de construção de sentido. A *Pública* também disponibiliza

⁶ Quando pensada como sinônimo de uma pretensa neutralidade, sabendo que, em termos gerais, o texto deverá ser objetivo, porém sem descuidar da necessária pluralidade.

⁷ Organização sem fins lucrativos que publica em seu site documentos e informações confidenciais de interesse público de governos e empresas.

todas as bases documentais utilizadas nas reportagens em formato PDF para livre consulta, em um caráter de transparência da construção da reportagem.

A *Agência* é citada como uma das destacadas iniciativas de jornalismo no país pela edição 214 da Revista Cult (jul. 2016), pelo viés de interesse público, atenção aos direitos humanos e desvinculação de compromissos comerciais e privados. Sua atuação também foi pauta de reportagem no site *Amazônia Real*, com fala de uma das suas idealizadoras e diretoras, a jornalista Natália Viana:

“O que temos visto é que cada vez mais jornalistas decidem fundar seus próprios meios para fazer o jornalismo que sempre sonharam fazer – com liberdade e independência. Por isso têm surgido dezenas de sites, cooperativas, agências e grupos de jornalistas que estão experimentando novos formatos e novas formas de financiamento. Vejo que há claramente um renascimento e um entusiasmo sobre esse renascimento do jornalismo”, avalia.⁸

Segundo uma das repórteres do *Especial Tapajós*, a *Pública* também busca “preencher um espaço de discurso que não era feito, a partir das vozes de movimentos sociais e das populações” (MOTA, 2016), diferente do que costuma ocorrer na chamada mídia tradicional. O eixo investigativo da Amazônia surgiu na *Agência* da experiência das jornalistas diretoras da pública, Marina Amaral e Natália Viana, de que não existe uma cobertura sistemática do que acontece na região. Como lembra Mota (2016), um dos primeiros projetos desenvolvidos pela *Pública* foi o *Amazônia Pública*, observando os conflitos das regiões de Tapajós, Madeira e Carajás, com coberturas extensas e séries de reportagens articulando os vieses econômico, técnico e social/ambiental.

O *Especial Tapajós*,⁹ para o qual chamamos atenção aqui, é constituído de três reportagens centrais, *A batalha pela fronteira Munduruku*, *Ninguém os ouviu* e *Lá vem o progresso*, uma sequência do trabalho aproximado com a Amazônia. A série explora o conflito socioambiental que envolve o projeto de instalação de empreendimentos hidroelétricos no rio Tapajós, curso com 810 km de extensão. Ele é alvo de planos do governo federal que previam um complexo de sete usinas, sendo a mais avançada delas a de São Luiz do Tapajós, com custo de R\$ 30 bilhões e que alagaria a terra indígena Sawré Muybu, solo sagrado para o povo Munduruku. Durante cerca de um ano

⁸ Disponível em: <<http://amazoniareal.com.br/profissao-jornalista-existe-vida-fora-de-redacao>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

⁹ Disponível em: <<http://apublica.org/especial-tapajos>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

(outubro/2014 a fevereiro/2015) a *Agência Pública* acompanhou a luta dos Munduruku para a demarcação de sua terra, já identificada como pertencente a eles em relatório¹⁰ que estava parado na Fundação Nacional do Índio (Funai):

São 193 páginas de minuciosa demonstração dos vínculos históricos que os Munduruku mantêm com esse pedaço de terra. O documento aponta que as 113 pessoas que vivem lá estão com sua “reprodução física e cultural” ameaçada pelo projeto das hidrelétricas. E conclui que “o reconhecimento da Sawré Muybu por parte do Estado é imprescindível para conferir segurança jurídica aos indígenas e garantir que seus direitos sejam respeitados” (ARANHA; MOTA, 2015).

A apuração revelou os movimentos dos indígenas em protesto ao desrespeito para com suas reivindicações e trouxe, em entrevista exclusiva, a revelação da ex-presidente da Funai, Maria Assirati, da interferência política no órgão.¹¹ Desenvolvida durante cinco meses de trabalho, da pré-apuração até a publicação, a série teve apoio financeiro de uma bolsa organização *Mongabay*. Conforme Mota (2016), foi uma forma também de atualizar o debate depois de quase cinco anos de abordagem desses conflitos socioambientais na *Agência*. Para a série, a equipe recuperou todas as produções da *Pública* sobre o tema e observou o forte movimento dos indígenas para a consultar prévia que deveria ser feita em relação aos empreendimentos e o processo de autodemarcação do território indígena, que acaba sendo um forte mote do material. Presencialmente, a equipe se deslocou durante 20 dias no território dos Munduruku, nos espaços dos moradores ribeirinhos e na cidade de Itaituba, deslocamentos que deram origem a cada um dos três textos principais.

A reportagem *A batalha pela fronteira Munduruku* discute a autodemarcação da terra indígena Sawré Muybu. A possível inviabilização da construção da hidrelétrica no rio Tapajós e seus afluentes só ocorreu pela luta do povo indígena para manter o ambiente em que vivem sem tamanha interferência. Em decorrência da construção do conjunto de usinas no rio Tapajós, grande parte da terra ocupada pelos indígenas e ribeirinhos daquela região seria alagada, com impacto direto na sustentabilidade do seu modo de vida, ocasionando, inclusive, a remoção de muitos moradores locais para outros lugares e para cidades.

¹⁰ Ver: <<http://apublica.org/2014/12/relatorio-funai-determina-que-terra-e-dos-munduruku>>.

¹¹ Disponível em: <<http://apublica.org/2015/01/a-funai-esta-sendo-desvalorizada-e-sua-autonomia-totalmente-desconsiderada-diz-ex-presidente>>. Acesso em: 2 Jul. 2016.

Por conseguinte, a reportagem *Ninguém os ouviu* é voltada para o impacto direto na vida dos índios e ribeirinhos que dependem do rio Tapajós em seu dia a dia. Após descrever o modo de vida das pessoas do local, a possível instalação das usinas hidrelétricas é perspectivada pelo seu impacto socioambiental. Por fim, *Lá vem o progresso* direciona a discussão para os possíveis impactos na cidade de Itaituba, à beira do rio Tapajós. No decorrer da reportagem é descrito que, possivelmente, a construção da usina hidrelétrica trará poucos benefícios aquele local. A cidade não tem estrutura de água encanada e esgoto, nem infraestrutura adequada de saúde e educação, sendo que as melhorias prometidas com as obras, segundo a população, não ocorrerão.

A seguir, elencamos alguns índices que demonstram uma busca por dar conta do campo aberto pelo conflito, não simplificando a problemática e deixando que o viés socioambiental possa emergir como forma de colocar a situação em tensão. O gesto interpretativo que identificamos por parte da reportagem pode ser entendido pelos movimentos de:

- a) *Contextualização*: os Munduruku são apresentados como um dos mais numerosos grupos étnicos do Brasil, relacionados também aos demais afetados, os ribeirinhos e a população de Itaituba;
- b) *Descrição de personagens/ locais*: a cultura indígena e as peculiaridades do modo de vida aparecem e há um reconhecimento de seu valor intrínseco como conhecimento próprio e local;
- c) *Acolhida do modo de nomear dos personagens*: “sua terra”, “seu território” externam o pertencimento ao local e a relação social já estabelecida pelos indígenas, respeitada nos textos;
- d) *Comparação*: é oferecida ao leitor a possibilidade de comparativo com outro empreendimento semelhante, a usina de Belo Monte, igualmente envolva em polêmicas pelo seu custo socioambiental em detrimento do benefício a ser gerado; cabe ressaltar que tal comparativo emerge da própria fala das fontes locais, para além dos dados técnicos de apuração;
- e) *Problematização do cotidiano*: a rotina da aldeia, a subsistência do povo e os costumes tradicionais são entrelaçados à responsabilidade de assumir a

autodemarkação, após anos de espera, e o monitoramento dos movimentos do Governo e da Funai em busca de soluções;

f) *O paralelo feito nas reportagens*: podemos observar que na narrativa das reportagens, é mostrado o que o índio e/ou o ribeirinho tem e o que possivelmente poderá ser tirado deles com a construção deste conjunto de hidrelétricas;

g) *Consequências*: valorização em um mesmo patamar das questões ambientais, sociais e culturais de indígenas e ribeirinhos e reconhecimento dos aspectos imateriais que podem ser dizimados pelo impacto das obras;

h) *Perspectiva histórica*: com destaque para a linha do tempo *Décadas de luta pelo Tapajós*, incluída no *Especial Tapajós* que estende no tempo o conflito e a disputa de governos contra os habitantes locais pelo uso de um dos principais rios da Amazônia, o Tapajós.

Na ação configuradora da narrativa, os sujeitos são fator central da observação. Antes da construção dessas observações, uma sistematização numérica das fontes presentes nas reportagens, buscou observar se a população local e outros lados do conflito também estavam marcados como fontes de forma proporcional ou de outro modo. Os números não consideram fontes documentais, apenas pessoas:

Fontes citadas	A batalha pela fronteira Munduruku	Ninguém os ouviu	Lá vem o progresso
Indígenas	7	1	0
Ribeirinhos	0	9	2
Fontes oficiais	8	8	5
Outras/instituições	7	8	13
Total:	22	26	20

Quadro 1: Presença das fontes no texto.

Fonte: Elaboração própria.

As fontes buscadas e/ou citadas em cada reportagem tem suas especificidades. Podemos notar que na reportagem *A batalha pela fronteira Munduruku*, o número de

indígenas como fonte se sobressai se comparada com as demais. Isso porque esse texto é voltado quase que inteiramente para discutir os grandes obstáculos que os índios Munduruku enfrentam na luta para a demarcação e autodemarcação de seu território. Já na reportagem *Ninguém os ouviu*, é fácil perceber que são discutidas as problematizações enfrentadas pelos ribeirinhos, sendo eles maior número de fontes. Tanto as fontes oficiais quanto as institucionais (outras), nestas três reportagens se mantem proporcional. Com a análise, podemos observar que foi recorrida a mesma fonte para comentar a individualidade de cada reportagem.

A série analisada, em especial a primeira reportagem, *A batalha pela fronteira Munduruku*, traduz elementos do encontro que permeia o gesto do reconhecimento. Nesse sentido, recordamos a proposição de Resende (2009, p. 38):

O jornalista como protagonista do ato, quando se reposiciona no lugar do humano, cria possibilidades de encontro. Articulando-se no tecido da vida, ele deixa, através do texto, de ocupar o lugar de dono da lei, para tornar-se um observador, tanto quanto o é aquele para quem escreve. Ainda que seja dado ao primeiro o privilégio da escrita, ele não faz sua a voz do outro e nem se propõe, tão-somente, a parafrasear suas fontes, como acontece com o texto jornalístico que nada mais faz do que obedecer as regras do discurso dado como legítimo.

A repórter Jéssica Mota (2016), uma das responsáveis pela série, relembra que antes da equipe de reportagem chegar ao local da aldeia, a Força Nacional tinha estado na área para garantir a realização dos estudos. E salienta: “Quando você vai em uma terra indígena, enfim... bom senso... quando você vai a algum lugar você fala ‘posso entrar?’. E os indígenas disseram para as empresas que não”. E complementa: “Eles [os indígenas] se viram com helicópteros circulando na Sawré Muybu, os caras passando de barco, os pesquisadores em campo com medo de que os indígenas fossem fazer alguma coisa com eles”, aumentando, em todas as direções, o clima de incertezas e de falta de diálogo. O sentimento partilhado com os indígenas também se refere à falta de respostas para uma série de questões. Segundo ela, as jornalistas tiveram dificuldade de diálogo do governo em relação às questões colocadas pela reportagem, mesmo tendo enviado perguntas diretamente ao Ministério de Minas e Energia e às empresas do Consórcio de Impacto Ambiental. As perguntas da reportagem que ficaram sem resposta, relembra, foram semelhantes às da população.

Perguntada sobre o exercício da reportagem e a questão da alteridade, se haveria, antes de tudo, um olhar aproximado e aberto do repórter para a construção da abordagem, Jéssica Mota nomeia esse gesto como “empatia” e o reconhece como presente no trabalho. No desenrolar da narrativa *A batalha pela fronteira Munduruku*, por exemplo, podemos perceber essa posição da repórter ao escutar e acolher modos de nomear, como no caso da expressão “sua terra”, ao dizer da área que passaria pelo processo de autodemarcação por parte dos indígenas, depois de longa espera de sete anos pela ação da Fundação Nacional do Índio (Funai). Para que o gesto de reconhecimento se complete e possa ser o ponto de partida do agir do repórter, acreditamos, acompanhando o pensamento de Milanez (2015, p. 57), é preciso descolonizar o pensamento. Podemos entender a pluralidade como um valor para a reportagem, mas o enredo da narrativa não deve ofuscar o propósito humano e social da palavra. Assim,

Numa situação de conflito, como coloca Martins, a “pretensa neutralidade bloqueia o acesso aos dados mais importantes, ciosamente guardados por aqueles que constituem os protagonistas das ocorrências e dos acontecimentos.” (2009, p. 16). Ou, ainda mais grave, como a epígrafe de Fanon, a “objetividade” sempre se volta contra o colonizado, contra a vítima da situação do conflito, contra o subalternizado. (MILANEZ, 2015, p. 57).

A batalha pela fronteira Munduruku, *Ninguém os ouviu* e *Lá vem o progresso* possibilitam observar a acolhida do olhar do Outro no gesto da reportagem, sem desfalque no tratamento técnico do tema. Observamos ainda que as afirmações presentes na narrativa são sempre atribuídas a alguém, oferecendo uma costura da intriga que movimenta aqueles sujeitos e aquele espaço. Em todas as matérias do *Especial Tapajós* há referência à tentativa do Governo Federal de implantar uma usina hidrelétrica em São Luiz do Tapajós, alagando parte da área indígena, o que, em havendo a demarcação, não poderia acontecer.

O relato das fontes, sujeitos que serão afetados caso ocorra a construção das usinas hidrelétricas no rio Tapajós e seus afluentes, da inviabilização de vida tal como ela existe naquele local, um risco concreto e multifacetado. Por isso, a iniciativa dos indígenas e ribeirinhos em marcar na floresta seu espaço legítimo, na ação de autodemarcação: “‘Esse é o portão de entrada do nosso território, viemos proteger a terra para nossos filhos e netos. Para o futuro’, diz Saw Rexatpu, guerreiro e historiador

Munduruku, ao fim de um dia de trabalho na picada da autodemarcação” (ARANHA, MOTA, 2015).

As divergências entre indígenas, ribeirinhos e cidadãos de Itaituba em relação ao governo abrangem, notoriamente, a consulta ou a falta dela para realização das obras da usina. Para o governo, mostra a reportagem, a opinião dos ribeirinhos sobre a construção da usina hidrelétrica não é bem-vinda. Somente os índios foram consultados, pois está previsto em lei, mesmo que a reportagem desvele tentativas de burlá-la. Os Munduruku já resistiram a muitos ciclos de pressão sobre o seu território e seu modo de vida, e essa é mais uma batalha pela qual estão dispostos a morrer, como relatado na série, acolhida nela a concepção em relação aos aspectos sagrado e cultural, ecológico e social do espaço. É também nesse sentido que as falas dos indígenas se costuram, apontando que há um valor intrínseco ao modo como percebem e interagem naquele espaço e que precisa ser respeitado. E para ser discursivizado, necessita ser igualmente acolhido e reconhecido, sem uma hierarquização externa ou deslegitimação.

5. Comentários finais

Além dos elementos destacados, para esse breve exercício de leitura procuramos tomar a narrativa jornalística pela sua potencialidade, destacando o papel da reportagem como espaço privilegiado de dizer e de observação. Nesse sentido, quando atribuímos ao jornalismo a capacidade de narrar tempo, espaço e acontecimentos em uma trama inteligível, consideramos que a construção da narrativa tem papel de “ressignificar e ampliar seus modos de ser, investindo, por exemplo, na compreensão das diferenças que os narrados suscitam” (RESENDE, 2011, p. 130).

O esforço de contextualização que percebemos como traço marcante para dar a ver o conflito socioambiental presente nesses episódios escapa de um modo banal de falar da contextualização no jornalismo, como afirma Medina (2014). Os índices observados manifestam uma narrativa densa pois está contido ali o aprofundamento do contexto, estendido no tempo e nos modos de sua apropriação e desenvolvimento, com explicitação das forças atuantes. Além disso, a humanização ultrapassa os fatos e abre espaço para o entrelaçamento das problemáticas com as histórias de vida e os modos de protagonismo. O que acontece no que convencionamos chamar de contemporâneo não

está deslocado de suas raízes históricas, o que, no caso dos conflitos socioambientais, nos soa como a perspectiva ideal de tratamento. Chama atenção, também, um cultivo equânime do estatuto de cada fonte, não hierarquizando suas demandas por especializações ou lugares sociais prévios. Emerge, assim, a possibilidade de uma interpretação em torno das diferentes forças que atuam para construção dos sentidos sobre o tema, sem esvaziar a luta social empreendida pela população local, ou, pelo contrário, conseguir abarcar sua expressividade e sua validade intrínseca. Novamente vamos concordar com a direção apontada por Medina para o posicionamento a ser adotado pelas narrativas contemporâneas no jornalismo:

A narrativa da contemporaneidade se assina na escritura; não importa qual o código, ela pode ser afirmar como polifônica e polissêmica, dialógica e dinâmica, interrogativa e inquieta. [...] A ação social se faz presente: a narrativa se cumpre tanto na espiral dos afetos quanto na esfericidade dos argumentos. Poética e racionalidade mobilizam a plenitude inteligente da transformação do real – o caos funda um cosmos (MEDINA, 2014, p. 47).

O Outro como compromisso primeiro e como perspectiva para a produção do conhecimento em jornalismo é, sem dúvida, desafio importante para debater distintos modos de pensar a reportagem jornalística no contemporâneo. Podemos pensar com Bhabha (2002, p. 21) no “desejo repetido de nos reconhecemos duplamente como descentrados dos processos solidários e como agentes de mudança conscientemente comprometidos”. O reconhecimento é fundador da sociabilidade e interpela a experiência, um processo reflexivo pois o reconhecimento é de caráter recíproco, mútuo. O olhar e a palavra se cruzam para a ação do relato.

Essas observações nos fazem voltar ao elemento já destacado no título do presente texto, que advém de uma fala de um dos personagens da narrativa: “*Por isso que eu digo: vocês nunca vão saber*”. A afirmação de Roseninho, porta-voz da terra indígena Sawré Muybu, não só dá conta daquilo que o discurso objetificador e o narrar técnico não conseguem abarcar, seja pela falha da linguagem, seja pela incapacidade de leitura, como mostra de forma contundente que estamos diante de uma luta que acontece na dobra dos dias. No centro da incapacidade compreensão expressa pela fala do indígena, por parte de quem chega, está o convite ao gesto primeiro do reconhecimento para que o encontro se estabeleça e dele a ruptura possa se originar, que algo possa

interromper o desconhecimento, a não acolhida, que o diálogo que transforma possa ter o seu lugar próprio e seu dizer ecoar *com* o/a repórter, como sinaliza o gesto pleno da reportagem.

Referências

ARANHA, A.; MOTA, J. A batalha pela fronteira Munduruku. Agência Pública. Disponível em: <<http://apublica.org/2014/12/batalha-pela-fronteira-munduruku>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

BHABHA, H. Democracia des-realizada. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 148, p. 67 – 80, jan. – mar. 2002.

DANTAS, A. **Tempo de reportagem**: histórias que marcaram o jornalismo brasileiro. São Paulo: Leya, 2012.

DIMENSTEIN, G.; KOTSCHO, R.. **A aventura da reportagem**. 3 ed. São Paulo: Summus, 1990.

FRANÇA, V.. Representações, mediações e práticas comunicativas. In: PEREIRA, M.; GOMES, R.; FIGUEIREDO, V. (orgs.). **Comunicação, representação e práticas sociais**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004, p. 13-26.

GAGNEBIN, J.. **História e narração em Walter Benjamin**. 5 reimpr. da 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GROTH, O.. **O poder cultural desconhecido**: fundamento da Ciência dos jornais. Petrópolis: Vozes, 2011.

LAGE, N.. **A reportagem**: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MARCOS, M. L.. **Princípio da relação e paradigma comunicacional**. Lisboa: Colibri, 2007.

MEDINA, C.. **Atravessagem**. Reflexos e reflexões na memória de repórter. São Paulo: Summus, 2014.

PEREIRA, F. M.. **A ousadia de conviver com a floresta**: uma ecologia política do extrativismo na Amazônia. Tese de Doutorado em Democracia. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra, Portugal. 2015.

MOTA, J.. **Jornalismo e violações aos indígenas e ao meio ambiente**. Palestra. Jornadas PPGCOM/UFRGS. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tEc-09T6KWM>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

MOTTA, L. G.. Narrativas jornalísticas e conhecimento de mundo: representação, apresentação ou experimentação da realidade. In: PEREIRA, F.; MOURA, D.; ADGHIRNI, Z. (orgs.). **Jornalismo e sociedade**: teorias e metodologias. Florianópolis: Insular, 2012. p. 219-241.

PEREIRA JUNIOR, L.C.. **Apuração da notícia:** métodos da investigação na imprensa. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

PONTE, C.. **Para entender as notícias:** linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.

RESENDE, F.. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. In: SILVA, Gislene; KÜNSCH, Dimas; BERGER, Christa; ALBUQUERQUE, Afonso. **Jornalismo Contemporâneo**, figurações, impasses e perspectivas. Salvador: Compós; Edufba, 2011. p. 119-138.

RESENDE, F.. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. **Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 31-43, dez. 2009. Acesso em: 17 jul. 2016.

SODRÉ, M.; FERRARI, H.. **Técnica de reportagem:** notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

SQUIRRA, S.. **Aprender Telejornalismo:** produção e técnica. São Paulo: Brasiliense, 1993.

XAVIER, C.; ROCHA, P.. **Reflexões sobre o processo de produção do livro-reportagem durante a graduação em Jornalismo.** Anais do X Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo e II Encontro Nacional de Jovens Pesquisadores em Jornalismo, Curitiba – PR, 2012.